



GENERAL DIAZ, 1950
APELLANEDA
BUENOS AYRES - ARGENTINA

1-6

PORTUGAL DEMOCRATICO

REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2 — ANO IV — Nº 42 — SÃO PAULO, NOVEMBRO DE 1960 — CAIXA POSTAL 4.4 6 9

HOMENAGEM AO PRESIDENTE JÂNIO QUADROS

A declaração do Sr. Jânio Quadros contra as ditaduras, feita pouco depois de ganhar as eleições, representa um ato de coragem, de lucidez e de fidelidade aos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral que por todos os títulos honra o futuro presidente do Brasil.

Nunca os portugueses da oposição desejaram criar situações de crise entre os governos do Brasil e de Portugal, apesar do que existe em Lisboa ser o produto de um golpe militar e se manter apenas pelo terror. Mas nunca poderiam ver sem amargura atos de subserviência de presidentes eleitos aos aventureiros de Lisboa.

Com a eleição do Sr. Jânio Quadros vamos ter uma linha de conduta digna e o ditador de Lisboa vai sentir que certa época passou e que o Brasil adota outra linguagem não aceitando tratados ignominiosos como o levemente assinado há pouco em Lisboa, nem imposições de Rochetas, nem situações humilhantes como a de não ser concedido salvo conduto para o asilado Manuel Serra.

Com a eleição do Sr. Jânio Quadros determinados elementos da "colônia" vão deixar de intrigar no ministério das Relações Exteriores, vão ficar reduzidos à sua situação de emigrantes sem pretenderem ser um estado dentro do estado brasileiro, e Salazar vai ter que respeitar este país se quiser evitar dissabores maiores aqui, em Lisboa ou na ONU.

O Brasil caminha com firmeza para se tornar a grande Nação do hemisfério e do mundo a que tem por todos os títulos direito. E quando falamos do mundo falamos da sua projeção em países novos, como os da África, de países independentes e que esperam do Brasil que não continue a ser guardião do colonialismo salazarista mas assuma a missão de falar pelos povos de língua portuguesa em termos novos, em termos do século, em termos de libertação de todos os povos.

O Sr. Jânio Quadros mostrou grande acuidade, conhecimento e decisão nas declarações anti-colonialistas que fez durante a campanha, confirmadas depois pela sua entrevista à imprensa na qualidade já de presidente eleito. Não poderá ser o sr. Jânio Quadros anti-colonialista em algumas regiões e colonialista noutras — e essa justiça lhe prestamos. Porisso mesmo o governo salazarista vai pela primeira vez encontrar pela frente alguém que não está disposto a aprovar os fuzilamentos de Goa, os fuzilamentos da Guiné e os campos de concentração de Angola. A eleição do Sr. Jânio Quadros constitui uma grande esperança para o povo brasileiro. E os democratas portugueses aqui prestam a sua modesta mas sincera homenagem ao futuro presidente do Brasil, certos de que ele é o melhor para a sua Pátria e será o que melhor interpretará no seu íntimo, as aspirações democráticas dos portugueses republicanos.

Certos também de que o tratado odioso de extradição, contra o qual se levantaram os jornais que maior apoio deram à campanha do Sr. Jânio Quadros, não será efetivado, pois a leviandade terminou e o Brasil nasce para a sua plena maturidade nacional e democrática. Ao saudarmos o presidente Jânio Quadros fazemo-lo

(Continua na página 2)



Aspecto da mesa da presidência do jantar comemorativo do 5 de Outubro. Da esquerda para a direita: Senhora Paulo Duarte, General Humberto Delgado, Doutora Dolores de Mello Vassão, Escritor Paulo Duarte e Senhora Jorge Fidelino de Figueiredo.

PORTUGUESES LIVRES COMEMORAM O CINQUENTENÁRIO DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

Os democratas portugueses de S. Paulo viveram, uma vez mais, em 5 de Outubro, grandes momentos de exaltação patriótica, reunindo-se numa manifestação que eloquentemente demonstrou os sentimentos republicanos de quantos, voluntariamente ou não, se expatriaram de Portugal, radicando-se no Brasil.

De fato, mesmo sem citar o elevado número de portugueses que se juntaram no já simbolicamente tradicional jantar, a noite de 5 de Outubro foi celebrada com profunda emoção, neste ano em que ocorreu meio século sobre a grande revolução que para sempre desfez as estruturas decrépitas e ultrapassadas da monarquia.

Pode dizer-se também que no Restaurante "1060" estiveram, ao menos em espírito, os democratas portugueses de todo o Brasil, tanto mais que, tendo-se deslocado inúmeros de diversas regiões deste grande país livre, outros ainda se fizeram lembrar, quer endereçando as suas saudações aos que se haviam reunido em São Paulo, quer fazendo-se representar por amigos e correligionários.

O jantar de 5 de Outubro de 1960 foi porventura o mais concorrido de todos os que até hoje se realizaram em São Paulo: cerca de 400 pessoas dele participaram, entre portugueses e numerosos brasileiros que, outra vez ainda, quiseram com a sua presença garantir inteira solidariedade à grande data da República Portuguesa.

Não foram propriamente 50 anos do regime que se festejaram, conforme acentuaram diversos oradores, pois em plena e verdadeira República que procurava ajustar seus passos com as aspirações do Povo lusitano apenas viveram 16 anos os portugueses, de 1910 até 1926. Das revoluções que então se

sucederam, estão hoje provadamente responsabilizados com os monárquicos sequiosos do poder que haviam perdido, os eternos exploradores do Povo que, a partir de 1926, cevariam suas tórvas ambições, aliando-se ao ditador sinistro e permitindo-lhe a instauração do criminoso regime fascista.

Das várias intervenções, queremos destacar as que alguns livremente fizeram, relativamente a situação no Ultramar Português, delas ressaltando tão somente o ponto crucial: é o governo de Salazar o responsável pela debilidade de uma posição que não soube, por um lado, adaptar-se às exigências do momento, já que, por outro, inteira e estupidamente abandonou os programas que a República vinha aplicando, no sentido de oferecer às populações ultramarinas, notadamente em Angola e em Moçambique, as possibilidades de acesso a uma vida onde o progresso e a democracia não fossem palavras vãs.

Allás, de entre as afirmações pessoais de cada um, a reunião proporcionou ainda a oportunidade de se ver quanto é mais forte do que nunca a afirmação de unidade dos opositoristas à ditadura fascista. Finalmente, outro pormenor a sublinhar é que, com as comemorações, novamente se impôs a ação do Centro Republicano Português, mais antigo do que a própria República, pois nasceu em São Paulo em 1908, numa época em que a ignorância de muitos colocava a qualidade republicana num grau em que ainda hoje certos fascistas involuntários ou de má consciência igualmente a situam: ser pela República era afirmar-se tanto contra Portugal quanto o é hoje em relação aos que combatem o governo policial de Salazar. Porém, os anos deram razão aos republicanos de São Paulo, desde 1908,

assim como os dias que correm estão justificando plenamente que não se pode ser visceralmente português sem desejar a Democracia para Portugal.

E foi sob este duplo signo — de Portugal e da Democracia — que 400 portugueses evocaram na livre Terra das Bandeiras a grande data da sua Pátria — o "cinco de Outubro". Conscientemente, pela Pátria e pela República, eles continuarão lutando, mais certos cada vez mais de que se aproxima o dia da libertação nacional e da redemocratização de Portugal.

A REUNIÃO COMEMORATIVA

Muito antes da hora marcada, o vastíssimo salão do Restaurante "1060", na avenida Rangel Pestana, começou a encher-se de portugueses, vindos na sua maioria dos mais diversos bairros de São Paulo. Democratas que há muito se não viam, recordavam não só a grande data, o presente amargurado e o futuro esperançoso de um Portugal liberto da tirania salazarista, mas também os mais diversos incidentes de sua vida cotidiana. Era autenticamente de uma bela reunião de portugueses simultaneamente patriótica e de confraternização.

Encheu-se o salão, as centenas de pessoas tomaram os seus lugares. A orquestra tocou "A Portuguesa" e, em seguida, o Hino Nacional do Brasil, ambos escutados em respeitoso silêncio. E deu-se início, cerca das 21 horas, ao jantar, enquanto animadamente se conversava de mesa em mesa.

Presidindo à reunião, o sr. General Humberto Delgado, candidato da unidade democrática às eleições presidenciais de 1958 e de



34 ANOS DE
LIBERDADE...
SUFICIENTE

las expoliado pela má fé, pela violência e pelo roubo, as normas que garantem o poder ao senil ditador. Ladeavam s. exa., a esposa do escritor Paulo Duarte, o grande amigo de Portugal e dos portugueses, e a sra. dra. Dolores Vassão, da Comissão Coordenadora Pró-Anistia dos Presos e Exilados Políticos Espanhóis e Portugueses. Indistintamente, sentavam-se ainda na mesa de honra, entre outros, o dr. Paulo Duarte, sra. de Jorge Figueiredo, sr. Halley Teixeira de Faria, em representação do deputado Abreu Sodré, presidente da Assembléa Legislativa do Estado de São Paulo, assim como outras altas autoridades e personalidades brasileiras, nomeadamente os srs. Dr. Abguar Bastos, Nilo Guerreiro, Comandante da II Região Militar; Dr. Aldo Lima e Silva; Osmar Galvão, Diretor da Guarda Civil; Lo Tenente Elêusis Dias Peixoto, Chefe do Setor de Relações Públicas da Força Pública; Major Jorge Mesquita de Oliveira, Chefe de Gabinete do Comando da Força Pública; Capitão Irani Bernardino Ribeiro, Ajudante de Ordens; D. Branca Nascimento Mandeta, em representação do Diretor-Presidente da CMTC; Dr. Manuel Paiva Ramos, em representação do Tertuliano Académico de São Paulo; Srs. Vicente de Oliveira e Silva e Otávio Carlim Machado, em representação do Sindicato dos Bancários; Dr. Alcides Chagas da Costa; Sr. Artur Saralva Barbosa e Adelino Valentino Verona, em representação do Grande Oriente de São Paulo; Dr. Camillo Aschar; Joaquim Botelho, Chefe de Relações Públicas da Empresa de Publicidade UGEPAL; srs. Jesus Arias Casas e Antonio Gallego, respectivamente, Presidente e vice-presidente do Centro Democrático Espanhol.

Fizeram-se também representar a Associação Paulista de Imprensa, Prensa Hispanica e World Press (jornalística cinematográfica).

Saudações e Mensagens

O sr. Comandante João Sarmiento Pimentel, que foi ainda uma vez o alvo das simpatias gerais, assim como o é também da constante e sincera admiração dos democratas portugueses do Brasil, começou lendo os numerosos telegramas e cartas, registrando que os srs. Comendador Ricardo Seabra, grande benemérito e devotado republicano, e José Guerra Abrantes, haviam telegrafado, do Rio de Janeiro, associando-se de alma e coração à festa dos portugueses de São Paulo. Leu, depois, telegramas do sr. Manuel Nunes, com as saudações dos portugueses que vivem na Checoslováquia; do sr. Tito de Miranda, do Rio de Janeiro; do sr. Augusto Aragão, pelos democratas portugueses da Bahia; do sr. João Penteador E. Stevenson; dos srs. Amorim Melo e Espinola Pires Leite, do Rio de Janeiro; e, finalmente, do inesquecível embaixador do Brasil em Portugal, sr. dr. Alvaro Lins, dizendo: "Circunstâncias imprevisíveis inarredáveis, impedem-me sair do Rio. Lamentando a impossibilidade da minha presença aí, envio ao prezado Amigo, Comandante Pimentel, e aos demais companheiros portugueses residentes em São Paulo, as minhas fraternais saudações, por motivo da data da fundação da República, fazendo votos que seja em breve completada com o episódio da restauração da Democracia em Portugal (a) Alvaro Lins". A saudação do sr. Dr. Alvaro Lins foi acolhida por toda a assistência com uma prolongada e calorosa salva de palmas, assim demonstrando os presentes, e em especial os portugueses, o seu agradecimento àquele que tão bem soube representar o Brasil, honrando-o numa hora

difícil e realmente prestigiando as instituições democráticas.

Proseguindo, o sr. Comandante Sarmiento Pimentel leu uma carta do sr. Dr. Carneiro Franco, ex-deputado da República e participante das históricas jornadas da proclamação da autêntica Democracia em Portugal, em 1910, lamentando não poder estar presente e pedindo ao nosso companheiro de redação, Paulo de Castro, que o representasse, nesta hora de "revigoração da esperança"; do sr. Prof. Dr. Soares Amora, associando-se e dizendo achar-se impossibilitado de comparecer em virtude de seus deveres profissionais; do sr. dr. Murillo Mello, ilustre advogado bandeirante, que foi um dos melhores sustentáculos da Ia. Conferência Pró-Anistia dos Presos Políticos Espanhóis e Portugueses; do sr. Jayme Franco Rodrigues Junot, de Santos; do sr. Manuel Augusto Soares de Oliveira, representante deste jornal em Juiz de Fora; da Sociedade Portuguesa de Beneficência e do Clube Português, de São Paulo, entre muitas outras adesões e afirmações de solidariedade que o repórter não conseguiu fixar.

Outras Mensagens

Entre o grande número de correspondência recebida já depois de realizado o banquete comemorativo, cartas e telegramas que foram dirigidos à nossa redação, queremos destacar mui especialmente o telegrama do Exmo. Sr. Governador do Estado de S. Paulo, Prof. dr. Carlos Alberto A. Carvalho Pinto, e o do Sr. Américo Portugal Gouveia, Chefe da Casa Civil; as cartas do Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, do Grémio Politécnico, e do Agrupamento Cultural "Pablo Iglesias", cujo abraço fraternal destes nossos irmãos espanhóis profundamente nos sensibilizou.

João Alves das Neves: «Pela Republica e por Portugal!»

Em nome das comissões que prepararam as comemorações em São Paulo do "Cinco de Outubro" (Centro Republicano Português, Associação General Humberto Delgado, Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão e jornal PORTUGAL DEMOCRATICO), falou, em primeiro lugar, o sr. João Alves das Neves, da Diretoria do Centro Republicano, que começou por saudar o escritor Paulo Duarte, "o companheiro de sempre, nas horas sombrias do passado e nas horas de esperança que se aproximam", assim como o Embaixador Alvaro Lins, "que soube exprimir, frente a um governo que ofende a consciência portuguesa e humilha o nome de Portugal entre as nações civilizadas, a solidariedade que, cada vez mais ativamente, o povo do Brasil está oferecendo ao povo português na sua batalha pela liberdade". Saudou, em seguida, o sr. General Humberto Delgado, a quem "todo o Povo Português acompanhou (...) nas jornadas inesquecíveis de Maio de 1958", lembrando ainda o nome do sr. Comandante Sarmiento Pimentel entre os líderes que mais se têm destacado pela redemocratização portuguesa. Fez considerações várias acerca das instituições luso-republicanas no Brasil, particularmente do "Centro Republicano Português", clamando todos os portugueses à luta, para que em breve possamos ver "o fim do pesadelo, da tortura, da miséria física e da asfixia intelectual — é necessário que continuemos unidos, cada vez mais firmemente unidos, — pela República e por Portugal!"

(Continua na página 3)

O terror policial contra a democracia

Não se passa um mês sem que o chamado Tribunal Plenário funcione em cheio: os juizes do fascismo trabalham como padeiros, entregando à repressão sucessivas fornadas de condenações. Na maior parte dos casos, os presos vão a julgamento depois de terem estado encarcerados longos meses, por vezes anos, sem culpa formada. Quando um dia se fizer a história da repressão, no plano jurídico, ver-se-á a que ponto de degradação chegaram os juizes do Plenário, subvertendo conscientemente todos os princípios das nações civilizadas.

Julgamento em tribunal, réu no calabouço

Mais uma vez se verificou essa subversão, durante o julgamento de José Magro. Este valente democrata, já com vários anos de prisão e uma triste experiência da prepotência fascista, foi a julgamento no Plenário Criminal da Boa Hora, sob a acusação (tão vaga que pode englobar todos os crimes) de "incitar a população para alterar a Constituição do Estado e a forma do Governo por meios violentos e não consentidos".

As testemunhas de acusação, eram apenas duas, ambas agentes da PIDE. As de defesa eram seis que o digno Tribunal mal se dignou ouvir. Quanto ao réu — e aqui começa o aspecto mais ignóbil desta farsa — o desembargador Silva Caldeira mandou-o recolher ao calabouço, no meio do julgamento, sem o deixar falar. O dr. Antonio de Souza, patrono do acusado, tentou defendê-lo, pedindo que lhe fosse concedido aquilo que a mais elementar justiça concede: a oportunidade de voltar ao plenário para se explicar, perante o tribunal, quanto aos crimes de que era acusado. Tudo, porém, foi em vão. O tribunal criminoso decidiu na ausência do réu, condenando-o a dez anos de prisão maior, mil escudos de imposto de justiça, perda de direitos políticos por quinze anos e medidas de segurança de 3 anos, prorrogáveis indefinidamente. José Magro foi notificado da sentença por um guarda, no calabouço onde o juiz o confinara. Poderá chamar-se a isto justiça, em qualquer parte do mundo?

O caso do dr. Palma Carlos

A recusa da entrada do dr. Manuel João da Palma Carlos nas províncias ultramarinas onde pretendia exercer o direito, que a constituição lhe concede, de defender, como advogado, alguns presos políticos em julgamento no Tribunal de Luanda, teve grande repercussão, como se sabe, nos meios jurídicos brasileiros, onde se pergunta, com preocupação, até onde irá o ditador no cerceamento das liberdades fundamentais dos portugueses.

Procurando responder, com uma manobra de propaganda, à indignação que esta violência provocou, o Secretariado Nacional de Informação de Salazar distribuiu à Imprensa um comunicado anunciando que o dr. Palma Carlos não poderia entrar em Angola "por lhe ter sido aplicada a medida prevista no artigo 137 da Constituição". Que estabelece esse famigerado artigo da Constituição salazarista? O seguinte: "Os direitos, liberdades e garantias individuais consignados na Constituição são igualmente reconhecidos a nacionais e estrangeiros nas províncias ultramarinas, nos termos da lei, mas sem prejuízo de a uns e a outros poder ser recusada a entrada em qualquer delas ou or-

denada a expulsão conforme estiver regulado, se da sua presença resultarem graves inconvenientes de ordem interna ou internacional, e destas resoluções caberá recurso unicamente ao Governo".

Responderá esta "explicação" à preocupação de todos nós e dos juristas brasileiros com o aviltamento da situação portuguesa, que já nem deixa um advogado, sobre o qual oficialmente não impende qualquer acusação, movimentar-se livremente, no exercício da sua profissão, dentro do território nacional?

Julgamos que a tarefa do SNI mais uma vez foi inglória e que a sua explicação não convencerá ninguém. Uma arbitrariedade é sempre uma arbitrariedade, seja qual for a ficção pretensamente legal com que se queira justificá-la.

Salazar embarga Palma Carlos

LISBOA, 27 (FP-UH) — O advogado português João Palma Carlos não poderá deslocar-se da capital portuguesa, em consequência de uma medida tomada em Conselho de Ministros, segundo a qual uma lei confere ao governo o direito de proibir a residência no país ou de fixá-la num ponto determinado do território a todos aqueles cujas atividades atentam contra a segurança do Estado. Esse advogado tinha que dirigi-se a Angola para defender certos acusados num processo político.

A "justiça" é assim

Ainda há quem pense que uma vez condenado pela "Justiça" salazarista o patriota português se limita a passar entre quatro paredes de cimento, no silêncio e na escuridão, os anos a que foi condenado.

Não é tão "confortável" assim a sua vida durante esses longos anos.

Vejamos, por exemplo, dois casos:

Manuel Rodrigues da Silva era um operário mecânico da Manutenção Militar de Lisboa e militante sindical muito ativo. Preso em 1936, foi enviado para o Campo de Concentração do Tarrafal (Cabo Verde), onde esteve 10 anos sem nunca ter sido sequer julgado. Membro do Comité Central do Partido Comunista Português, foi de novo preso em janeiro de 1950. Julgado pelo Tribunal Plenário de Lisboa (tribunal político fascista) foi condenado apenas a 4 anos de prisão (única notícia que veio nos jornais). Porém, julgado de novo pelo Supremo Tribunal, foi a sua pena agravada para 6 anos (o que já não veio nos jornais). Mas qual é a realidade? A realidade é que de novo se encontra preso há mais de 10 anos, com a pena cumprida, mas a coberto das chamadas "medidas de segurança" (lei fascista que até hoje, na Europa, só existiu na Alemanha nazi e na Itália de Mussolini). A PIDE, gestapo portuguesa, mantém-no, na prática, em prisão perpétua.

Manuel Rodrigues da Silva passou assim já mais de 20 anos nas prisões fascistas e a sua saúde está fortemente abalada. Urge salvá-lo!

Maria Angela Vidal foi presa em junho de 1953. Devendo ser julgada, tal como a lei estabelece, até 6 meses depois, só o foi quase 5 anos após a sua prisão. Entretanto, além de constantes insultos, ameaças, perseguições de toda a

ordem (esteve 11 meses isolada do convívio de todos os outros presos — praticamente incomunicável), "castigos" ilegais aplicados pela PIDE, etc., esta forjou-lhe 4 processos: um por atividades políticas anteriores à sua prisão, outro por atividades políticas dentro da prisão, outro por pretensa falsa identificação e outro ainda por ter feito no tribunal um minuto de silêncio à memória de Joaquim Lemos de Oliveira e de Manuel da Silva Junior, o que foi considerado apóio às palavras do seu companheiro, o qual no mesmo Tribunal desmascarou o assassinato destes seus companheiros, pelo que foi processado por "calúnias à PIDE". Julgada, foi condenada a 3 anos e meio de prisão e "medidas de segurança". Isto, foi o que os jornais publicaram. Mas qual é a realidade? A realidade é que se encontra presa há mais de 7 anos, sendo já a mulher portuguesa que mais anos tem passado nas prisões fascistas.

Com a saúde e especialmente o sistema nervoso arruinado, o onipotente diretor da PIDE, Homero de Matos, braço direito de Salazar, recusa-se a pô-la em liberdade e mesmo a interná-la num hospital, apesar de 3 médicos psiquiatras nomeados pela PIDE para a examinar terem oficiado para o tribunal e para a PIDE que só em liberdade M. Angela podia ser tratada e que pelo menos devia ser imediatamente internada no hospital psiquiátrico Julo de Matos. Perante a cínica recusa da PIDE, o advogado de M. Angela, dr. Armando Bacelar, baseado nas opiniões dos médicos, enviou requerimentos aos ministros do Interior, da Justiça e da Presidência do Conselho e cópias a todos os outros ministros, à Ordem dos Médicos e aos jornais de Lisboa e Porto (que nada publicaram!). Agora, perante o silêncio dos ministros, fez novo requerimento ao tribunal para que este lhe forneça os documentos e esclarecimentos indispensáveis para juntamente com os advogados Antonio de Macedo, Mário Cal Brandão, Carlos Cal Brandão, Araujo Correia, Sousa e Castro, Taveira da Costa, Arlindo Vicente, Luis Salas, Palma Carlos e Abranches Ferrão, apresentar o caso de Maria Angela às Nações Unidas (ONU) numa ação contra o governo português.

**PORTUGAL
DEMOCRATICO**

— um jornal
português
que não é
submetido
à censura

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Os patriotas portugueses vão a pouco e pouco conseguindo que sua voz consiga atravessar as muralhas do silêncio salazarista fazendo-se ouvir pelos povos livres do mundo inteiro.

Agora mesmo é a União Internacional do Sindicato dos Mineiros, cuja sede é em Praga, que vem protestar junto do governo fascista do Salazar contra as brutalidades cometidas pela PIDE em Ajustrel. Dezenas de trabalhadores das minas foram seviciados quando pediam um salário mais justo.

A União Internacional do Sindicato dos Mineiros é uma das mais importantes do mundo e fala em nome de 4-500-000 homens livres.

Homenagem ao presidente ..

com os olhos postos no Brasil e em Portugal, esperando que o Sr. Jânio Quadros seja o primeiro presidente deste país a visitar Lisboa depois de destruído o pesadelo salazarista. O sr. Jânio Quadros já está eleito e o ditador já agoniza, e tudo leva a crer que o presidente mais votado do Brasil seja o mais aclamado em Portugal, num Portugal redimido. O Sr. Jânio Quadros presidente do Brasil será o primeiro presidente de honra da comunidade luso-brasileira, da comunidade da democracia, da comunidade da cultura, da comunidade do amor dos povos bem mais importante que a dos tratados, das louvainhas e das frases feitas, comunidade de sentimentos, comunidade de povos independentes e livres.

Opiniões Insuspeitas

JOÃO SARMENTO PIMENTEL

FILOLOGIA PATAQUEIRA

A propósito do "ESCLARECIMENTO" com que o traste visava enfiar-nos perante os senhores do Governo brasileiro, esclarece um seu contemporâneo:

"Ja no tempo em que aquele pintão da ninhada salazarista cantava de galo no poleiro do Ferro, ou bancava a galinha durante os impedimentos naturais e periodicos da Fernanda, mentia tanto que os seus amigos desconfiavam que até o seu nome fosse falso. Mas havia simples confusão, e ainda hoje existe, pois que alguns tomam por patronímico o que no chamadouro daquele imenso pulha nunca passou de prosónimo. A ortografia também necessitaria correção, e o "DE" que antepõe à alcunha para lhe dar ares de linhagem, nem sequer tapia a imoralidade, antes a faz sobressair do coirão em que a propria natureza mente".

Conhecedores de seus mirabolantes planos, e certos de que aqui ninguém o toma senão pelo que é: — pulha de carreira e delator de profissão —, acreditamos que está a preparar o terreno para regressar à séde da confraria totalitaria onde aprendeu aquelas manhas e sabidos maus costumes que o tornaram trunfo graúdo da cultura do Estado Novo — o Secretariado Nacional da Informação.

Que vá quanto antes e que lhe preste, Será mesmo essa a razão

« Vocês são muito tímidos »

por JOSE' DA SILVA

Fêz-se silêncio. O Presidente Dr. Juscelino volta-se para os jornalistas portugueses presentes à entrevista coletiva e indaga: "Mais alguma pergunta a fazer?" — Não, não há. Sorrindo, o Dr. Juscelino comenta: "Vocês são muito tímidos".

Na sua inconsciente ironia esta frase, ingenuamente repetida pelos jornais da ditadura que não lhe sentiram o amargo travar, é a reacção espontânea de um homem livre a um ambiente de opressão que lhe é estranho, sendo mais reveladora do que as então pronunciadas frases oficiais de elogio. De fato, tem sido a imprensa portuguesa uma das actividades mais cuidadosamente "trabalhadas" pela ditadura que a submeteu a todas as pressões nascidas na imaginação fértil dos seus chefes até reduzi-la ao estado amorfo em que actualmente se encontra. Lêr hoje um jornal da ditadura, como por exemplo o "Diário de Notícias", é ter uma dose d'aria de repugnância, refletindo a profunda miséria moral a que se chegou: em politica interna uma repetição monótona de elogios à situação e principalmente ao seu chefe, em politica externa um noticiário deliberadamente confuso e falseado dos acontecimentos.

Desde o principio compreendeu a ditadura a enorme importância da imprensa na criação de uma opinião pública independente e tendo consciência da impossibilidade de qualquer debate soube criar a máquina de opressão necessária à eliminação de qualquer iniciativa própria. Submetidos a uma censura que atua cegamente, viram-se os jornalistas portugueses sob uma cuidadosa fiscalização aos seus escritos, eliminando toda a frase possível de criar atritos ou por demais reveladora de uma opinião diferente da oficial. Em consequência limitam-se actualmente os jornalistas portugueses a inserir o noticiário das agências internacionais, minuciosamente censurado, ou então da "Agência Nacional de Informações" — estabelecida pela ditadura — raramente definindo em artigos ou comentários a opinião pessoal sobre os acontecimentos ou assuntos expostos. Eliminando, truncando e deturpando as notícias das agências internacionais ou simplesmente inventando como faz a nossa "ANI", conseguiu a ditadura evitar ao povo português qualquer interpretação objectiva dos acontecimentos nacionais e internacionais. Fornecendo-lhe a imprensa um noticiário confuso ou falso encontra-se o português actualmente impossibilitado de ajuizar os acontecimentos internacionais, cujo aparente aspecto caótico é constantemente realçado pelos jornais da ditadura, mantendo-se, por isso, completamente indiferente às profundas transformações por que passa o mundo.

Diante da revolução cubana, da independência dos povos afro-asiáticos, da revolução chinesa, da queda dos ditadores da Turquia e da Coreia do Sul e de tantos outros apaixonantes acontecimentos mundiais, que faz o povo português? Simplesmente nada. Adormecido pela canção de embalar dos heróis da nossa história, fornecida em doses maciças e continuas pela nossa imprensa, vive como se o dispensassem de tomar uma atitude.

Desvirtuada nos seus fins e abdicando da sua posição de orientadora da opinião pública, o papel desempenhado agora pela imprensa é o mais elementar possível. Completamente desacreditada mostra-se incapaz de incitar o povo português a uma acção colectiva como a que diante dos acontecimentos africanos lhe desejam agora incutir os dirigentes da ditadura.

Para um Presidente Brasileiro afeito às entrevistas coletivas à imprensa do seu País, ricas de perguntas tão diversas e do natural choque de opiniões divergentes, deve parecer estranhamente calma e mesmo monótona uma entrevista semelhante com a imprensa portuguesa.

Por terem sempre presente que a mais pequena ousadia lhes custará o emprego e o abandono da profissão, os jornalistas portugueses fazem figura de bisonhos em confronto com os seus colegas brasileiros. Mas não se engane, sr. Presidente, eles não serão sempre tímidos!

maior pela qual pediu ao Presidente da Republica que o expulsassem do Brasil.

PREMIO INTERNACIONAL CAMOES

Por intermedio do "Clube do Livro" recebemos do jornalista José Ourique Lisboa um interessante volume onde é feita a análise do critério que presidiu à distribuição do Premio Camões, ao qual concorreu o escritor Mario Graciotti com a magnifica obra "PORTUGAL".

Ao Portugal de Mario Graciotti ninguém de boa fé poderá recusar louvores, pois aquelas 420 paginas do livro e suas 380 gravuras são um documentario interessantissimo onde, pela imagem e pela vasta erudição, se aprende a conhecer e admirar o nosso "Jardim à Beira-mar plantado", seus feitos, glorias, monumentos, costumes, tudo dito e apresentado com arte, talento e justiça ou, digamos francamente, até generosa simpatia pelos portugueses e mãos largas no aspecto grafico.

Mas que vale isso tudo para o "Estado Novo", para o ditador Salazar e para o Secretariado Nacional de Informação, se ali só conta quem empunha o turbulo daslouvaminhações, e incensa o fradilhão?!

Inteligência, cultura, arte, graça, beleza, são palavras cujo significado não é compreendido nem pode ser aquilatado, por meninos

ATAQUES AO EMBAIXADOR ALVARO LINS

Chegou a esta redacção, como à de muitos outros jornais brasileiros, uma carta enviada de Portugal, impressa em tipografia portuguesa pelos serviços da PIDE, dirigida pelo Sr. Thomaz Ribeiro Colaço a directores de jornais. Essa carta, DATADA DE 26 DE NOVEMBRO DE 1956, "prevê" uma "crise" na Embaixada Brasileira em Lisboa durante a permanência do Embaixador Alvaro Lins.

A CARTA

Por inútil e porque não nos sobra espaço, não transcreveremos os ataques pessoais a Alvaro Lins, que ocupam a primeira pagina da carta. Eis a sua parte final:

"Sabe V. Exa. (a carta dirige-se ao director do jornal), que em 16 anos de vida no Brasil nem uma vez eu lhe escrevi sobre qualquer assunto luso-brasileiro. Deve pensar que só um motivo forte me faria alterar essa norma.

Sobre uma estranha antologia de A. Lins fiz as mais severas críticas na imprensa do Rio, citando 247 nomes de portugueses e brasileiros omitidos. Era-me fácil dar eco retumbante, aqui, ao que lhe digo. E não suporá que lhe escrevo para ser dada ao caso, em

semi-analfabetos, officiaes tarimbelros, policiaes subservientes e crueis, letrados que estão amarrados pelo cabresto da estupidez e da pecunia à mangedoura totalitaria. De resto, para o ditador e seus sequazes, não há História, Povo, Terra, Tradição, Pátria, Língua, Religião. Há um Fazenda um dono, seus capatazes e agregados. Tudo o mais é zero no conceito e na mentalidade que ali impera pela força bruta, pelo terror e pelo prato de lentilhas, ou grossa maquiagem o peão é testão no laço e pega de ponta o fabiano que queira varar a cerca de silêncio posta ao redor da Península Iberica.

Qual Premio Camões ou qual carapuça!

O nome do premio é só para inglês ver e americano acreditar.

Nem que desta confusão que val pelo mundo surgisse outro genio e escrevesse uma nova Epopeia, teria qualquer premio do governo que tiraniza Portugal. Vocês, os brasileiros, ainda não perceberam bem a nossa luta, esta pregação contra o obscurantismo daquela tirania que nos degrada e que, em todos os sentidos, nos apouca e empobrece.

A deformação de um Concurso Internacional, todavia ficará como um libelo e uma testemunha preciosa para quando chegar o dia dessa especie de Juizo Final que se aproxima a olhos vistos.

Aqui fica um aperto de mão e os agradecimentos dos democratas portugueses a José Ourique Lisboa, a repartir com o famoso escritor Mario Graciotti, verdadeiro amigo do Portugal de sempre e credor da estima e gratidão do povo português, motivo mais que bastante para não ter direito a qualquer premio do ditador.

Colaboração

PORTUGAL DEMOCRÁTICO pede com o maior empenho a todos os colaboradores remetem os seus originaes, de modo a serem recebidos na Redacção, o mais tardar até ao dia 18 de cada mês, sem o que não garante a publicação no número do mês seguinte.

Lisboa, uma publicidade que eu não lhe dou aqui.

Na forma e medida em que poderia fazê-lo, asseguro-me que o Senhor Presidente do Conselho tentou discretamente evitar o caso.

Este pode sem dúvida trazer algumas surpresas, alguns momentos penosos, as relações luso-brasileiras. Permita Deus que não, O Sr. A. Lins era um homem inteligente; pode compreender que lhe dão o seu último enjeço de realizar obra construtiva, e fazer nesse sentido um grande esforço, e alcançar que os seus nervos o não traíam. Nada mais desejo. Se, no entanto, qualquer crise surgisse, parece-me essencial que V. Exa., chefiando um sector e um órgão de opinião, se encontre cabalmente informado. Tenha a certeza de que, se surgir na acção Ceie qualquer feição negativa — em vez da acção positiva que está na vontade de todos — o Sr. A. Lins não representará nem o pensar nem o sentir do grande povo brasileiro em relação a Portugal; — nem mesmo na parte que por necessidades imediatas o afastou sob essa forma.

A realidade luso-brasileira situa-se hoje em um plano superior, e é indispensável que o sintam sempre em Portugal, mesmo que surjam

núvens transitórias. Conhecendo a origem da núvem sentiremos sempre o seu nenhum valor.

Afectuosos cumprimentos do a) THOMAZ RIBEIRO COLAÇO

CONCLUSÕES

Há várias semanas já que esta carta é do dominio geral nos meios jornalísticos, sem que nenhum documento tenha sido apresentado pelo Sr. Colaço. Concluimos, pois, que este senhor:

a) planejou, redigiu e fez distribuir ou autorizou a distribuição de um documento falso, pois outro nome não pode ter uma carta antedatada de cerca de 4 anos;

b) insinuou que o asilo concedido ao General Humberto Delgado pelo Embaixador Alvaro Lins não encontrou apoio na opinião publica brasileira;

c) ultrajou por um processo infame um Grande Brasileiro e um Grande e Bom Amigo de Portugal.

Todos conhecem a estatura moral do Embaixador Alvaro Lins, o seu nível intelectual e a nobreza do seu caracter; agora ficamos também conhecendo (e prevenidos) contra a baixeza dos métodos que é capaz de empregar o Sr. Thomaz Ribeiro Colaço.

Grupo dos portugueses democratas na Inglaterra

A luta dos anti-salazaristas emigrados, que até há poucos anos se processava em lamentáveis condições de dispersão de esforços, está presentemente a concentrar-se, assumindo o aspecto que desde o inicio deveria ter tomado, isto é, o da formação de grupos regionais, onde se reúnem todos os portugueses democratas, sem discriminação de matizes políticos.

Aconteceu assim primeiro no Brasil, depois na Venezuela, no Canadá, em França, no Uruguai e na Argentina. Recebemos agora noticia da formação, em Londres, do Grupo dos Portugueses Democratas da Inglaterra, que, ao começar as suas actividades, saúda por intermédio do nosso jornal "todos os elementos da opposição portuguesa no Brasil, apelando para a unidade de todos os anti-salazaristas e anti-fascistas portugueses e para uma posição decididamente contrária à politica colonialista do governo de Salazar".

O G.P.D.I. propõe-se fundamentalmente "apoiar a luta que o Povo Português trava em Portugal pela conquista das liberdades fundamentais e pelo derrubamento do governo salazarista. Considera que aquela luta é a mais importante de todas quantas os portugueses de todo o mundo estão travando". Instalado num dos centros mais ativos da luta anti-colonialista, ao G.P.D.I. não podem ser indiferentes os problemas da África, pelo que considera fundamental "o esclarecimento da opinião internacional quanto aos métodos reaccionários e desumanos adotados pelo fascismo, bem como o apoio ao direito dos povos africanos à autodeterminação". Entre os seus propósitos figura o contacto com todos os organismos da emigração anti-Estado Novo, instalados em todos os países.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO retribui efusivamente as saudações do novo organismo, ao qual deseja os maiores êxitos na sua luta, que é a de todos nós, pela união de todos os portugueses anti-salazaristas espalhados pelo mundo fora.

G. P. D. I. DIRIGE-SE À O. N. U.

O Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra (Group of Portuguese Democrats in England) enviou o seguinte telegrama ao Presidente da Assembléa Geral das Nações Unidas:

"Pedimos divulgar a seguinte resolução aprovada na reunião do Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra, realizada em 2 de Outubro passado:

"O Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra, comemorando o 50.º aniversário da implantação do regime republicano e democrático em Portugal em 5 de Outubro de 1910:

1. Denuncia o regime fascista que domina Portugal desde o golpe de Estado de 1926, oprimindo o povo português com seus métodos anti-democráticos, desumanos e terroristas, e mantendo Portugal na situação de país subdesenvolvido;

2. Decide continuar a dar apoio ao povo português na sua luta pela liberdade e pela democracia;

3. Condena as brutalidades do governo fascista nas colónias portuguesas e a sua politica colonial baseada na opressão;

4. Expressa a sua solidariedade para com as populações das colónias portuguesas na sua luta anti-colonial e pela conquista da independência;

5. Confiar em que todos os governos, compreendendo que a acção unida de todos os setôres do povo português conjuntamente com a luta sem desfalecimentos dos povos das colónias portuguesas está apressando a liquidação do fascismo em Portugal, retirem o seu apoio ao actual governo português.

3 de Outubro de 1960.

(ass.) GRUPO DE PORTUGUESES DEMOCRATAS DA INGLATERRA (Grupo de Londres).

PORTUGUESES LIVRES COMEMORAM O CINQUENTENÁRIO DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

A PALAVRA DO BRASIL

DISCURSO DO DR. PAULO DUARTE, PRESIDENTE DA UNIAO BRASILEIRA DE ESCRITORES E DIRETOR DA REVISTA "ANHEMBI", QUE TAO PERSISTENTEMENTE TEM PUGNADO PELA REDEMOCRATIZACAO DE PORTUGAL.

Má pouco tempo, numa reunião de exilados espanhóis, eu manifestava-lhes uma angústia que sentimos todos aqueles que também fomos exilados e não mais os somos, quando nos vemos diante de homens que se conservaram coercitivamente fora de suas terras, dominadas pela tirania, quasi vinte anos depois de haver terminado uma guerra na qual foram sacrificados cerca de 50 milhões de seres humanos, mortos pela liberdade e contra essas mesmas tiranias. Guerra que se fez em nome da Dignidade Humana, mas vinte anos depois, continua a Dignidade Humana espezinhada, menosprezada, vilipendiada, pior ainda, continuam os ditadores, os mais ignóbeis, prestigiados e bajulados por aqueles que mais se arvoraram em paladinos e defensores dos Direitos do Homem.

Há vinte anos, Franklin Roosevelt lançou ao mundo as táboas das liberdades essenciais, por cuja imposição se batiam os homens livres. Vinte anos depois, aqueles direitos que, para Roosevelt, vinham à frente dos demais direitos, o direito da livre manifestação do pensamento e o direito do Homem não mais passar fome e não ser atomizado pela polícia e pelos opressores, continuam a ser uma ficção, uma burla nas mãos de caracterizados genocidas, prestigiados, queridos e bem nutridos exatamente por aqueles que mais responsabilidades assumiram numa guerra cruelíssima de libertação, na qual cada um de nós empenhou alguma coisa. Tem-se mesmo a impressão de que o único direito respeitado hoje é aquele de ser patife, mas sem o seu corolário natural que seria a coragem de ser patife, porque o que se reconhece e se premia é a covardia de ser patife.

Este é o espetáculo que o mundo hoje oferece! Os povos livres ou que se determinaram a ser livres, combatidos, esmagados, oprimidos e humilhados por aqueles países que mais ostentavam a sua intransigência e mais e maiores lições pregavam de liberdade. Uma confusão proposital de governos com os países, que esses mesmos governos desmoralizam e vilipendiam. E aqueles que ainda levantam a voz para estigmatizar as infâmias são abafados pelo repúdio até dos que mais entusiasticamente se mostram no uso de certas palavras curingas como República, Democracia, Liberdade, termos com significado etimológico altíssimo, mas a que uma semântica diabólica vem dando um conteúdo pornográfico no calão internacional.

Daí a angústia que sentimos todos aqueles que nos batemos no período terrível de 1939 a 1944 ao lado dos chamados grandes da luta pela libertação do Homem, quando, exilados que éramos então, hoje, homens livres dentro de nossa terra, nos defrontamos ainda, vinte anos depois da libertação, com exilados de outros países, a nos alirar no rosto, só com a sua presença, a prova de que a vergonha ditatorial persiste, amparada pela vergonha que se tornou a aplicação dos princípios democráticos.

E invade-nos o espírito um assim como complexo de culpa que nos grita, que nos contunde a alma da incerteza e da dúvida sobre se não teríamos não faltado em parte ao nosso dever ao ponto de poder ao mundo oferecer ainda o espetáculo deprimente da presença desses exilados. Quem sabe não fomos bastante peraltas, bastante decididos no cumprimento do nosso dever. Temos a consciência pesada, como disse Rivet em 1934, numa reunião internacional de intelectuais: "Não estamos seguros de que tenhamos feito tudo para realizar o ideal que nos reunia" contra os totalitários. "Todos nós, sem exceção, somos responsáveis pelo fato de, ao fim da guerra, quando soprava pelo mundo inteiro esse grande vento de liberdade e de emancipação, alguns regimes de polícia e de covardia tenham podido manter-se um pouco em todos os continentes." Não é, portanto, sem um sentimento misto de remorso e vergonha que, nós que deixamos de ser exilados, reencontramos aqueles que ainda são obrigados a continuá-lo, porque não abandonaram a luta. Não temos pois o direito de descansar enquanto se mantiverem no mundo certas vergonhosas injustiças que é preciso extirpar. E eu não quero fazer exceção nem ao meu país que, na medida do possível, tem com certa frequência envergonhado os que são realmente livres, com as suas convicções e os seus agrados para com muitos que deveriam ser publicamente excomungados.

Resta-nos apenas o consolo, áquelas como eu, de não termos jamais e, pitulado nem desmobilizado. E resta-nos ainda a experiência de cidadãos que vieram viver num país que se livrou de uma longa ditadura, mas continua patinando nos detritos do despotismo. Por isso, disse-o já, mais de uma vez em público e quero repetir aqui o que já disse mais de uma vez: eu sinto hoje muito mais afinidades com o mais brancos dos africanos ou dos asiáticos que, num recanto qualquer da selva ou do deserto, se batem e morrem pela liberdade, do que com qualquer doutor ou com qualquer brasileiro de 400 anos engordado pela ditadura.

Possuo uma experiência que não possuem os meus amigos portugueses que se mantêm no exílio. É a única vantagem que levo sobre eles. Aquela de ter conhecido, em sua profundidade, os estragos de que seu pensamento, tiveram, durante longos anos, que submeteu antes à polícia. Não é possível dar-se conta desses estragos enquanto permanece viva a opressão. E dar-se conta da amplitude da destruição moral e material do nosso velho Portugal, vocês só o poderão quando fô: este definitivamente desalazarado. Mirem-se pois em nosso espelho e aquilo que puderem ver sirva ao menos de advertência para quando aqueles que aqui hoje se reúnem e estão se reunindo também, com o mesmo motivo, um pouco em todo o mundo, e são os únicos representantes que reconhecemos do nosso Portugal, se encontrarem dentro da terra, de Portugal já libertado. O máximo cuidado ao remover o lixo amontado que ficou de um longo período sem asseio moral e sem asseio moral. A cada canto de sargeta aí estará à espera da oportunidade e do formado e o corrupto, fartamente alimentados pela ditadura, que tudo farão para continuar a empanturrar-se à custa da libertação. São perigosos no engano porque levam uma bagagem de mais de trinta anos de subserviência e bajulação e se vocês não abrirem os olhos e não forem duros no pulso, deixando de lado qualquer laivo do incorrigível sentimentalismo que herdamos de vocês, dentro em pouco vocês acontecerá aquilo que no Brasil, ainda até agora, pode acontecer com qualquer homem livre, com qualquer homem de bem, com qualquer veterano da remodelação: ser expulso das fileiras renovadoras e ficar — como é o meu caso e o caso de tantos brasileiros dignos — perenemente confinado em sítio bem afastado de qualquer contacto com a vida pública, porque perigosa seria a sua presença ali para a boa vida dos alérgicos à dignidade. Ou então, se mais crédulo, poderá mesmo ser expulso de uma embaixada porque se negou a prevaricar, se negou a complicar-se com a infâmia totalitária e não hesitou em dar asilo àqueles que vinham com o assassino já nos calcandares.

Agora, depois de dizer isto, só agora, me sinto mais à vontade para dirigir-lhes a palavra. Só depois deste desabafo ousado encaro os exilados portugueses de frente, os únicos que reconheço neste país como os legítimos procuradores do legítimo Portugal, sem sentir a vergonha da deserção ou da fuga, ou da omissão. Porque só agora pude apresentar a prova de que, na clandestinidade, vivo na mesma luta que vocês enfrentam à luz do sol e à luz melancólica do exílio. Mas eu já fui também estrangeiro, nas mesmas condições em que vocês o são. E sei o que é ser estrangeiro, num mundo onde os homens vivem ainda besuntados de um nacionalismo cruel e imbecil ao ponto de não perceber o de esquecer que pertencemos todos à mesma espécie, podemos ser todos portadores das mesmas misérias e das mesmas grandezas.

Por isso é que tenho sempre presente a definição que Voltaire deu ao patriotismo como sendo o sentimento que nos leva a amar exclusivamente a terra em que nascemos e, se for preciso, odiar todas as outras. Por isso é que Pátria, para mim, é aquela definida pelo vosso grande, pelo nosso grande Antonio Sérgio: "Pátria não é uma divindade ou uma abstração grandiosa, mas o conjunto dos homens do meu país, (eu diria melhor da minha Província terrestre) ou seja, a parte da população do globo que encontro mais próxima de mim próprio e à qual, por isso mesmo, me é menos difícil o fazer o bem".

Desculpem-me este tom um pouco dogmático, mas não o interpretem como de quem queira dar lições quando na realidade parte de quem anda muito precisado delas. É o fascínio que sinto pelo verdadeiro sentido da solidariedade humana, que não tem pátria, porque está acima dela, que me impulsiona. Aquela, para a qual o Homem verdadeiro está enquadrado num verso único de Camões: "Que toda terra é Pátria para o forte", e, por isso mesmo, não pode reconhecer credenciais que se definam pela cor da pele ou pela forma do cabelo, pela língua diferente ou pela religião diferente, pelas cores ou pela combinação delas numa simples bandeira. Mas acha que o que deve prevalecer na sociedade humana de hoje é poder cada homem, dentro da sua província terrestre, ostentar depois da desnésencia específica, apenas uma palavra simples e singela: Autenticidade. É desses homens autênticos que Portugal vai necessitar dentro em breve. E, neste caso, contem com os Homens autênticos do Brasil, que aqui existem milhares deles; e os seus homens de pensamento, podem estar certos, não se achavam representados numa comissão que, ainda há pouco, foi fazer salamaleques palacianos a uma personagem que deambulava, carregado de médos e de remorsos talvez, nos salões do Paço de S. Bento, fantasiado com as vestes do Infante.

Portugueses! Eu brindo à liberdade de Portugal.

Um aspecto do jantar

do 5 de Outubro



Unidade — E' coordenação de forças

ALGUMAS PALAVRAS DO DISCURSO DO DR. RODRIGO DE ABREU.

"As questões africanas, o ultimatum inglês de 1890, o favoritismo político, que gerou a luta entre os partidos monárquicos, o desprezo pelo povo, e as violências contra esse mesmo povo, geraram a Revolução de 31 de Janeiro de 1891, fermento da vitória do 5 de outubro de 1910".

"A vitória foi possível porque os chefes dos partidos republicanos — moderados ou radicais, mais à esquerda ou mais à direita — compreenderam a necessidade de estabelecerem uma frente comum, convencidos de que de nada valeria a sua vontade dispersa por diferentes lados e agirem por motivos diversos. Se assim não tivessem procedido, nunca se teriam constituído naquela força impulsiva que aniquilou a vontade militarizada e centralizada nas mãos de João Franco para oprimir e para assassinar o povo!"

"Cavamos trincheiras entre nós, construímos compartimentos estanques, é servir a Salazar... e ele vive disso há 32 anos!"

"Os que me conhecem sabem que sou independente, e, precisamente por isso, por ser livre, defendo no Brasil os mesmos princípios de unidade e de fides em Portugal!"

"Unidade é união, coordenação de forças para uma ação coletiva — derrubar a ditadura. Quem tomar por suspeitas as idéias conciliatórias, e tentar reprimi-las sob o pretexto de que ameaçam o presente ou que ameaçam o futuro qualquer autoridade temporal ou divina, não pode pertencer à oposição... que vá para Salazar..."

Salazar é continuador da obra de João Franco, interrompida em 1910, mas como é mais inteligente, também é mais criminoso... Engenhoso e perverso, compilou no Seminário uma antologia escolástica, e na Universidade uma coletânea de citações jurídicas e Teológicas, e separou dos pensadores das mais diversas fações os argumentos com que tem enganado os monárquicos, os republicanos e a Igreja Católica... Desviando das Caixas Sindicais, e do Fundo de Desemprego, o dinheiro do Povo para negócios estranhos aos interesses desse mesmo povo espoliado, tem engordado a farta clientela que o apóia e degrada a Nação..."

... e Portugal apesar da sua moeda forte, e das fortunas fabulosas, astronômicas, dos fregueses salazaristas, é um país sub-desenvolvido, que recebeu para os seus subalternados, esmolos dos Estados Unidos... e ao contrário do patriotismo dos homens da I República, Salazar, o traidor, mantém-se no poder sujeitando a nossa Pátria, na metrópole, nas ilhas adjacentes, e no ultramar, à posição de sub-colônia saxônica, legada pela monarquia..."

"Salazar é réu de vários crimes, por eles terá de ser julgado... A História já iniciou o seu processo. Em Portugal reina a paz dos cemitérios, e em África, os homens negros e brancos são matraqueados, mortos e martirizados nas prisões. Salazar, alicerçado na experiência nazi-fascista, convenceu-se de que só uma nova guerra o poderá salvar dos erros cometidos na metrópole e no ultramar, onde mandou a dezenas de milhares de homens armados, em pé de guerra colonial... Para isso intriga em Berlim, em Paris, em Londres e em Washington... Faz acordos secretos com Franco, põndo em perigo a soberania nacional... Procura conseguir do Brasil a entrega dos patriotas aqui refugiados, e tenta a cooperação desta grande Nação irmã para salvar o seu poder pessoal, contrário aos princípios democráticos..."

"O Brasil, e os homens como o Senhor Embaixador Alvaro Lins, e outros aqui presentes, têm dado provas de amor e de solidariedade para os democratas portugueses. Bem Hajam! Aqui se refugiaram homens da I República como Jaime Cortesão, Carneiro Franco, Jaime de Moraes e Sarmiento Pimentel. V. Exa. Senhor Comandante Sarmiento Pimentel sempre serviu a Pátria, a República e a Democracia. O nome de V. Exa. já está inscrito com letras de ouro na História de Portugal, mesmo contra vontade de Salazar!"

V. Exa. tem mantido o facho da liberdade, e tem procurado manter unidos todos os democratas portugueses. Saúdo em V. Exa. os homens da I República, e peço a Deus que os atos destes homens honrados, valentes e de bom senso, inspirem todos os democratas portugueses. Viva a República! Viva o Brasil! Viva Portugal, Viva a Democracia!"

Conferência No Centro Republicano Português

Dia 28, às 20 h 30, do Dr. Rodrigo de Abreu, sobre SALAZAR E A IGREJA.

Solicita-se a comparência de todos os democratas residentes em São Paulo.

Dra. Dolores Vassão fala em nome da comissão de anistia

Depois de fazer uma eloquente evocação dos laços íntimos que unem portugueses e brasileiros, e de se referir à tarefa prazenteira que constitui reterar os vínculos de amizade e simpatia que unem os dois povos irmãos, assim se exprimiu a dra. Dolores de Mello Vassão, secretária geral da Comissão Coordenadora do Movimento Pró-Anistia dos Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal:

"Difícil, Senhores, é numa festa como esta, de contentamento e euforia, falar de coisas tristes, de fatos melancólicos, mas que estão aí, como uma nuvem cinzenta, toldando o destino de um povo que tem um passado de glórias. Sabemos que o povo português sofre em silêncio e é esse silêncio que denuncia os grilhões que arrasta. Sabemos que o povo português sofre o opróbrio de um regime de força e que datas como esta serão um dia melhor evocadas quando a época do Estado Novo tiver passado para o rol dos fatos apenas historicamente referenciáveis. Sabemos que dias melhores estão para vir, quando o povo português não tiver mais que sofrer a humilhação de assistir impotente à estiolação, nos cárceres, dos seus irmãos que cometeram o hedonido crime de pensar, em Portugal, é proibido. Pensar, em Portugal, é proibido."

Adalgisa Neri tem uma expressão feliz que se aplica bem à circunstância: "Todos os regimes se

riam bons se os homens fossem ótimos".

Creio, senhores, que Salazar não precisaria ser ótimo, bastaria que fosse humano para minorar as penas do povo luso. Um pouco de humanidade e coragem, para banir do mecanismo judiciário os famigerados tribunais especiais, e reintegrando no convívio social os valores morais e intelectuais que abarrotam as sórdidas prisões, com uma generosa anistia. Porque só a anistia seria capaz de realizar o milagre de perdoar e ser perdoado, expungindo o ódio dos corações, voltando essa página triste da história e, então, senhores, o povo português poderia continuar sua trajetória luminosa, ocupando o devido lugar no consenso universal.

Aos portugueses que vivem entre nós a nossa confraternização, aos portugueses de além-mar a nossa solidariedade é a certeza de que o povo brasileiro responderá presente onde quer que haja uma luta em prol de um Portugal livre e feliz.

Este ensejo não poderia ser mais feliz para conclamar portuguesas e brasileiras para mais uma etapa da nossa luta, que é a Segunda Conferência Pró-Anistia, a realizar-se proximamente em Buenos Aires. Estamos certos de que repetiremos o êxito, o retumbante tento marcado em São Paulo pela causa da Anistia."

MENSAGEM DE JORGE DE SENA

Impossibilitado, por inadiáveis afazeres, de comparecer ao banquete em que os democratas portugueses de São Paulo comemoram o cinquentenário da República Portuguesa, não posso deixar de estar presente em espírito a uma cerimônia do mais alto e transcendente significado — a mais importante celebração do aniversário da data histórica de 5 de Outubro de 1910, porque, em São Paulo, se comemora, neste banquete, em liberdade, meio século de vida portuguesa, desde esse dia em que o povo da nossa pátria, num entusiasmo de renovação autêntica, derrubou o antigo regime e proclamou a República.

Que vida portuguesa se comemora? Os dezesseis anos escassos que a República viveu? Os trinta e quatro anos de privação das liberdades essenciais que se lhes seguiram? Nem uns, nem outros. Sem dúvida que a nossa comovida homenagem vai para aqueles que, dedicadamente, abnegadamente, apaixonadamente, tudo fizeram por criar uma República que fosse, em verdade, um governo do povo, pelo povo e para o povo. Sem dúvida que o nosso mais rendido preito vai para quantos, ao longo destes anos, indefectivelmente pugnaram por uma pátria para todos os portugueses, em que lhes não fosse perguntado o que pensavam e apenas se lhes exigisse que pensassem, bem alto e livremente, a bem de Portugal. Mas não é tudo isso o que comemoramos: nem as lutas, nem as dissensões, nem os triunfos fugazes, nem as derrotas duradouras. Não: nada disso é mais que uma lição terrível, que se aprende ou deve aprender, mas não se comemora. Nós comemoramos o sonho de 1910, quarenta e cinco anos não consumiram, não desgastaram, não destruíram, e antes acendramos mais. O sonho de uma República que virá, pela coragem dos homens e do imperativo dos tempos, e que distribua por todos nós, equitativamente, imparcialmente, a dignidade de sermos portugueses. Uma República que dê a todos o que nem todos têm: a consciência responsável de que uma Pátria não se faz só de glórias passadas, nem de futuros hipotéticos, nem de um presente amarrado ao dia de enriquecer ou de ganhar duramente o pão cotidiano: a consciência de que uma Pátria se faz não apenas com o amor dos seus filhos, mas com a liberdade deles, não com a liberdade de alguns, ou da maioria, mas com a liberdade de todos. Uma República que saiba, de uma vez por todas, que a liberdade não é só de palavras, ou de reunião, ou de associação, porque não há liberdades possíveis e verdadeiramente exercidas, onde não houver libertação do homem, onde um homem só que seja não estiver livre do sujeitamento, do temor, da insegurança.

És, companheiros e amigos, o que eu penso que comemoramos: cinquenta anos que são oito séculos de uma história gloriosa e dolorosa também, cinquenta anos de República indefectivelmente proclamada na nossa inteligência e nos nossos corações. Viva a República! Viva Portugal!

A' Diretoria do Centro Republicano Português de S.P.

Prezados Correligionários: A COMISSAO EXECUTIVA DE LISBOA DAS COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DA REPUBLICA saúda, por vosso intermédio, fraternal e comovidamente os republicanos residentes e emigrados no Brasil. Reafirma-lhes o seu amor à indústria e a sua inabalável fé nos destinos da PÁTRIA e da REPUBLICA — uma República em que cabam todos os Portugueses, sem discriminações de qualquer espécie, e que seja rasgadamente democrática, tanto no campo político, como no campo social e económico.

Com efeito, pensa esta Comissão que REPUBLICA e DEMOCRACIA são conceitos complementares e inseparáveis, e que é na fidelidade a esses altos ideais que PORTUGAL se poderá reencontrar com a gloriosa tradição e, ao mesmo tempo, estar à altura das suas altas responsabilidades no presente.

Esta Comissão recebeu com particular agrado a notícia da homenagem a JAIME CORTEZAO que nas Comemorações do Cinquentenário da República será prestada, mediante a criação de um CIRCULO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS que terá o nome de quem foi, pela sua obra e pela sua ação, o maior cidadão da COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA.

Não queremos também esquecer que está entre Vós o GENERAL HUMBERTO DELGADO, a quem devemos um pronunciamento a favor das LIBERDADES CIVICAS que nos esforçamos por manter presente no espírito da Nação.

E, como sempre, VIVA A REPUBLICA! Afetuosas e democráticas saudações.

PELA COMISSAO Fernando Mayer Garçon Mário Soares João Pedro dos Santos Joaquim Bastos Agostinho de Sá Vieira Mário de Azevedo Gomes.

0 5 de Outubro em Portugal

O TARTUFISMO DAS COMEMORAÇÕES OFICIAIS

Na impossibilidade de poder contar com entusiasmo e de fé que o cinquentenário da proclamação da República Portuguesa desportou em todas as camadas do povo luso, o governo fascista de Salazar resolveu distrair as atenções gerais dando pela primeira vez licença aos seus correligionários de festejarem oficialmente, fazendo para darem um — quanto mais não fosse — para matarem saudades dos bons tempos em que ainda não tinham sido domesticados como carneiros de pelagem gráfila, dóceis e resignados sob a bênção cerejral. E vai daí, com aquele ar farsoso de gritar aos quatro ventos poder-se comemorar livremente o nosso 5 de Outubro, ao mesmo tempo farpadamente da "limpeza" que isolaria a proporção, como em outras ocasiões em que ficou por demais comprovada a falta de palavra e de dignidade do governo salazarista) foi opoado toda a espécie de obstáculos, dificuldades, reticências, para que os patriotas corajosos e indiferentes ao perigo das inevitáveis prisões, realizassem o seu programa de homenagem e de exaltação dum dia mais brilhantes jornadas do povo.

Não admira, pois, que a comissão "oficial" encarregada de impedir, perdão: encarregada de "organizar" as "comemorações" de 5 de Outubro, só tenha sido tomada pública em 25 de Setembro — dez (10) dias antes da data a festejar. Uma comissão sem programa a cumprir, sem finalidade definida, enfim, com todas aquelas sacrossantas condições de ser mais uma comissão morta para a oposição — po's nem condições de honrabilidade e dignidade, eficiência e competência, ofereciam para inglês ou americano ver.

Naturalmente, a ordem de retardamento foi fielmente executada pelos serventários do regime fascista que enluta Portugal. Assim, o programa "oficial" só foi divulgado pela imprensa no dia 3 de

Outubro, de modo a ser o mais possível ignorado do povo, far que com ele não se poderia contar para a cristificação preparada e era preciso impedir que se juntasse às justas e sinceras comemorações que as forças vivas da nação preparavam. As inexpressivas alvoradas nos quartéis, navios embandeirados, bandas de música nas praças públicas e edifícios iluminados à noite, foram os grandes cartazes dos festejos oficiais. Não poderemos levar em conta, naturalmente, o izar da bandeira na Câmara Municipal e a exibição de casacas com os respectivos d'ursos-chavões e cacetões: da Sociedade de Geografia. O governo fascista, honra lhe seja feita, colaborou para que estas "homenagens" não ficassem ainda mais sujas e indignas da data representativa, fazendo o possível por brilhar pela sua ausência. Apenas o designado "presidente da República", almirante qualquer co'sa não se sabe porquê e para que, se atreveu a ter o despoedor de ir colocar um ramo de flores na estátua do primeiro Presidente da República, este sim Presidente por ter sido eleito livremente pelo Povo.

Isto em Lisboa, onde a poeira nos olhos das massas populares se mostrava mais urgente, pois repercutir ao mesmo tempo em todo o país. No Porto, o "programa" foi uma co'sa mais que secundária, e o resto dos territórios portugueses que se alegrasse com o que a rádio informasse em meia dúzia de palavras, sem prejuízo dos programas de festas e relatos de futebol, ou esperassem pelos jornais do dia seguinte, e por vezes demorando ainda três dias (1) a chegarem às mãos dos leitores.

O Povo Festeja A SUA REVOLUÇÃO

As massas populares movimentaram-se muito antes de qualquer decisão oficial, preparando os seus festejos proibidos do cinquentenário da proclamação da República em Portugal. Milhares e milhares de pessoas, de todas as idades e profissões, abrangendo todas as camadas sociais, juntaram-se com



Momento de confraternização luso-brasileira, destacando-se autoridades militares e personalidades da vida política brasileira.

um entusiasmo surpreendente e uma coragem indomável para comemorarem o 5 de Outubro. Uma comissão executiva tendo na presidência o professor universitário Mário d'Azevedo Gomes; na vice-presidência os advogados Acácio de Gouveia e Mayer Garção; como secretário o advogado Mário Soares; e como vogais o trabalhador Armando Castanhêira, o advogado Gustavo Soromenho, o publicista Fernando Piteira Santos, o advogado Rui Cabeçadas, o comerciante João Pedro dos Santos, o advogado Joaquim Bastos, o advogado Teófilo Carvalho dos Santos, o engenheiro Areosa Felo, o advogado Sá Vieira, o médico Carlos Pereira e o estudante Antonio Barbosa Viana Martins, iniciam em Lisboa as primeiras demarches para se organizarem dignificadamente em todo o território nacional os festejos comemorativos.

Durante meses, insistiu-se inutilmente perante o governo fascista português no sentido de que o cinquentenário da implantação do regime republicano em Portugal fosse condignamente comemorado. Constituiu-se uma Comissão Nacional, presidida pela venerável e indiscutível figura do Prof. Doutor António Luis Gomes, único sobrevivente do Governo Provisório, composta por antigos combatentes da revolução de 5 de Outubro de 1910 e conhecidas personalidades republicanas, a qual assumiria o solene patrocínio das comemorações. Vendo frustradas as iniciativas em vista, realizou a referida comissão uma conferência da imprensa nacional e estrangeira, a fim de levar os governantes salazaristas a uma definição. Apenas, contudo, os correspondentes da imprensa estrangeira, nos seus jornais, e alguns da imprensa do ultramar português noticiaram aquela conferência, tendo os da metrópole sido proibidos de darem qualquer informação.

Entretanto, várias outras comissões se formam na metrópole, nas ilhas adjacentes, em Angola e Moçambique, em todos os pontos do território português, indiferentes às repressões policiais e ao muro de silêncio e incomunicabilidade interposto pelas autoridades. Por exemplo, em Viana do Castelo é lançado um manifesto impresso (significativo por nem a própria casa tipográfica temer qualquer perseguição) assinado por 112 individualidades, em que se afirma "que o ideal republicano é, sem dúvida, o ideal do Povo Português". No Porto, um outro manifesto impresso proclama "Portugueses: Procurai transformar por todos os meios ao vosso alcance o dia 5 de Outubro, numa verdadeira afirmação de fé na força e na vitória da República e da Democracia". Em Coimbra, é lançado um outro manifesto impresso, assinado por 176 individualidades: advogados, comerciantes, proprietários, estudantes, motoristas, farmacêuticos, industriais, médicos, operários, cerá-

micos, comerciários, inspetores escolares, chefes de secretaria, construtores civis, topógrafos, escrivães, agentes comerciais, engenheiros civis, arquitetos, gerentes comerciais, profissionais de seguros, jornalistas, professores do ensino primário e do ensino secundário, tipógrafos, etc. Esse manifesto mostra de modo real quanto o movimento englobou o povo na sua totalidade.

O povo, sim. O resto não conta. O resto é podridão, que galões e medalhões já não conseguem disfarçar, encobrir, esconder. E o que é significativo da derrocada inevitável: nem sequer o medo sabem mascarar...

A REPRESSÃO

A alvorada nos quartéis e os navios de guerra engalanados tinham uma outra finalidade; tinham e tiveram um duplo objetivo: o de impedir que as forças militares colaborassem com as massas populares nas comemorações e prevenir contra qualquer tentativa revolucionária. Os fascistas portugueses, acordados ou a dormir, não temem outra coisa, pois não ignoram desde há muito que só a proteção estrangeira ainda os não levou aos bancos da justiça para prestarem contas dos crimes contra a Pátria e contra o Homem cometidos. Por toda a parte foram montados "corretos serviços de ordem", e não existe ninguém que não saiba quanto de afrontoso e oprimente tais serviços significam.

Mesmo assim, o povo veio para as ruas. Proibidos de se manifestarem livremente, de organizarem sessões comemorativas, espetáculos, arraiais populares, de se reunirem em qualquer recinto fechado até, apenas restou a romagem aos cemitérios e o procurar percorrer as ruas a pé dando vivas à República e cantando o hino nacional. Em Lisboa, dois grandes grupos, chefiados respectivamente pelo Dr. Azevedo Gomes e pelo Dr. Arlindo Vicente, ex-candidato à presidência da República nas últimas eleições, marcaram decisivamente as principais manifestações. Nas outras cidades, desde o Porto a Luanda e Lourenço Marques, em Goa até, o povo manteve a mesma dignidade de não permitir que a gloriosa data deixasse de ter a sua exaltação. A pujança das manifestações comemorativas foi de tal ordem que ainda não é possível avaliar a sua extensão e a sua profunda repercussão nas massas populares.

A repressão iniciou-se (como já estava previsto) nesse mesmo dia 5 de Outubro: centenas de opositores ao fascismo foram presos, inclusive dois elementos da Comissão Executiva Republicana de Lisboa, os drs. Mário Soares e Acácio de Gouveia. A vilanagem não podia deixar este dia sem o sinal da opressão salazarista, nos estertores da agonia.

A OPOSIÇÃO PORTUGUESA PREPARA-SE PARA NOVA BATALHA ELEITORAL

A "Frente Eleitoral Independente" distribuiu em Portugal a seguinte circular, que dada a importância de que se reveste transcreevemos na íntegra:

"O caráter reservado das conferências que o Sr. Ministro do Interior vem tendo com os governadores civis do País e, em seguida, as conferências destes com os presidentes das Câmaras e membros das Juntas de Freguesia, constituem, para quem segue a movimentação política do Governo, suficiente indicativo de que está em curso importante acto de projecção nacional, possivelmente nada menos do que a antecipação das eleições de deputados, que de resto, fontes habitualmente bem informadas, confirmam.

Na iminência de vir a intensificar-se no estrangeiro e nos organismos internacionais de que Portugal é membro a campanha com relação aos nossos problemas ultramarinos; de modificar-se a curto prazo a atitude das democracias ocidentais para com as ditaduras; de agravar-se a situação interna geral em consequência dos gastos e sacrifícios provocados pela hipertrofia do aparelho repressivo que actua cada vez em maior escala em todos os territórios de Portugal; de avolumar-se, no próprio seio das forças que têm apoiado a situação, um ambiente de dúvida quanto à competência dos dirigentes para conduzirem no futuro os superiores interesses da Nação, o Governo teria toda a conveniência em facilitar um diálogo político nacional na presente conjuntura, pois, é bem sabido como mesmo dentro do costumeado condicionamento eleitoral, a Oposição formula crítica, promove esclarecimentos e suscita um debate, que sempre tem abalado o prestígio dos poderes constituídos.

Acresce ainda que a experiência das últimas eleições presidenciais mostrou não estar a máquina de controle eleitoral tão afinada quanto o Governo desejaria, porquanto o candidato General Humberto Delgado conseguiu que lhe fossem registrados cerca de 240.000 votos, não obstante o recenseamento ter sido rodeado dos meios necessários para tornar impossível uma intervenção eficiente dos cidadãos e o acto eleitoral esvaziado de qualquer representação fiscalizadora.

Nova disputa nas urnas, além de obrigar as novas arbitrariedades, poderia, no caso particular das eleições para deputados, representar um risco de algumas individualidades da Oposição penetrarem na Assembléa Nacional.

Tais razões devem ter sugerido aos políticos da Situação a necessidade de esterilizar as eleições que são forçados de quando em quando a realizar para em certas esferas internacionais continuar a mascarar-se a verdadeira natureza ditatorial do regime e, em sua presunção, o objectivo seria alcançado se as eleições fossem antecipadas.

Os 30 dias que é costume conceder-se para a preparação de todo o processo eleitoral, nos quais em 10 dias se têm de organizar as listas e documentos que a lei exige, anunciados de surpresa, deixariam a Oposição perante a dificuldade técnica de apresentação dos Candidatos.

Atentos a estes factos e ao progressivo descontentamento da Nação — que se integra na tendência de todos os povos para a liberdade, como sucedeu recentemente na Coreia do Sul e na Turquia — e porque é do maior interesse a entrada naquela Assembleia de vozes independentes, os opositores portugueses, conscientes dos seus deveres e responsabilidades perante a História e a Pátria, não podem ficar mais tempo na simples expectativa da publicação oficial que há-de anunciar aquela decisão do Governo, sabendo, ademais, que, em tal hipótese, não poderiam ter

tempo para apresentar ao País os seus candidatos.

Nós sabemos, pela simples história de um passado recente, quais as disposições do povo português e de que forma, quase total, ele se inclina para a Democracia, única fonte de justiça e de segurança individual.

Bastará tocar o clarim de alerta e logo toda a Nação se agrupará para combater pela palavra e pelo protesto um regime que persiste em governar-nos sem o nosso consentimento; mas tem-se verificado como é difícil, em trabalho de improviso, tirar todo o proveito dessa enorme energia nacional.

Por esta razão a Comissão designada para trabalhar na formação de uma FRENTE ELEITORAL INDEPENDENTE para a apresentação de listas em todos os círculos eleitorais do continente e do ultramar, conclama os opositores com responsabilidades e representação do País, para que se agrupem imediatamente com vista à execução, da resolução que recentemente foi aprovada numa reunião de democratas e que reproduzimos:

"Ante a perspectiva de um próximo acto eleitoral, os opositores à ditadura acordam em concorrer às urnas nas seguintes condições:

- 1.0 — Que sejam apresentadas listas de candidatos em todos os círculos eleitorais da Metrópole, Ilhas Adjacentes e Ultramar;
- 2.0 — Que para o efeito se dê imediata iniciativa a todos os opositores no sentido de promover as reuniões e conversações necessárias à designação dos candidatos, bem como à constituição de comissões que não-de-formar os respectivos serviços de candidatura;
- 3.0 — Que tanto os candidatos como os membros das comissões se comprometam a levar até às urnas o acto eleitoral e a não permitir durante a campanha qualquer interferência de doutrinação ou expressão política partidária.

ria, sendo sempre a sua representação de carácter estritamente individual, pois se trata de uma FRENTE ELEITORAL INDEPENDENTE;

4.0 — Que os candidatos se comprometam a reivindicar por todos os meios os objectivos fundamentais da Oposição, isto é, a conquista das liberdades essenciais, a legalidade eleitoral e a garantia da prática do direito do voto;

5.0 — Que no caso de não terem as comissões regionais elaborado as suas listas no prazo de trinta dias, uma comissão executiva, com sede no Porto, se encarregue de as elaborar, mesmo com individualidades doutros círculos eleitorais, se tanto for necessário, para desse modo assegurar que sejam apresentados candidatos em todo o País;

6.0 — Que a presente resolução seja imediatamente levada ao conhecimento dos elementos activos da Oposição.

Porto, 30 de Setembro de 1960.

Dr. Arnaldo Veiga Pires — Dr. António Velloso de Pinho — Dr. Olívio França — Arq. Artur Andrade — Dr. Mário Cal Brandão — Dr. João Araújo Correia — Dr. Artur dos Santos Silva — Dr. António Macedo — Eng.º Mem Verdial — Dr. Armando Bacelar — Artur Mirandela — Dr. Carlos Cal Brandão — Dr. António Ramos de Almeida — Dr. Manuel Coelho dos Santos — Dr. Guedes Pinheiro — Dr. João Correia Guimarães — Dr. Alexandre Esteves — Dr. Eduardo Ralha — Dr. João Reis — José Braga — Dr. Armando Cotta — José Pereira — Dr. Jaime Vilhena de Andrade — João Xavier — Dr. Alberto Lagoa — Dr. Rudolfo Teixeira — Alexandre de Barros — Arq. A. Angelo de Magalhães — Manuel de Azevedo — Dr. Alberto Lopes da Silva — Joaquim Pimenta Araújo — Eng.º José Freitas Sampaio — António Cerveira Pinto — Dr. Lino Lima — Dr. José Martins da Fonte — José Rosas — Almor Viegas."

Revista da Imprensa

• O economista Geraldo Banas, na sua secção "Forum Económico e Financeiro" (Diário de S. Paulo, de 21-10-60) e a propósito do combate à inflação que considera um mal maior do que a própria inflação, afirma: "Não obstante a sua bourrage de crane sistemática e a sua adoção da estabilidade monetária, é bom lembrar a posição de Portugal, que é um exemplar padrão no mercado cambial mas que em matéria de progresso, se coloca entre os últimos do globo".

• Um trecho de "Antes do princípio" escrito por Miguel Alves (A Província, Montijo, de 9-9-60): "Na resignação está a miséria, a fome, o escárnio, o desprezo, a opressão! O resignado é votado ao ostracismo. Resignarmos-nos, sim, perante as perdas irremediáveis mas nunca ao que pela razão e pela justiça nos cabe".

• Da legenda dum cliché fornecido pela Foto Globo (Folha de S. Paulo, de 8-10-60): "O representante de Ghana, Kwame Nkrumah, entregou sua togadourada para fazer na Assembléa Geral embora

comumente ande vestido à europeia. O seu discurso anticolonialista irritou o delegado belga, Wigny, que reclamou e obteve o direito de responder às acusações. Nkrumah mencionou também as possessões portuguesas na África, onde — afirmou — impera um regime de supressão das liberdades pior que na União Sul-Africana". Nkrumah é, por enquanto, o líder do bloco africano na ONU."

• Do New York Times, de 30-8-60: "O governo indiano informa que a situação nas colónias portuguesas é "altamente explosiva". Num folheto sobre a África preparado pelo Ministério dos Negócios Exteriores e tornado publico hoje, afirma-se: "De todas as potencias coloniais só Portugal se recusa a considerar o que é inevitável. As populações dos territórios coloniais portugueses são mantidas em obediência pela força e pela repressão".

O folheto, que descreve o desenvolvimento político do continente africano, foi apresentado pelo primeiro-ministro Jawaharlal Nehru à Camara Baixa do Parlamento.

QUANDO OS LOBOS JULGAM

A JUSTIÇA UIVA

TEXTO INTEGRAL DA ACUSAÇÃO E DEFESA NO PROCESSO DE AQUILINO RIBEIRO

EDITORA LIBERDADE E CULTURA SÃO PAULO

A Oposição, as Colónias Portuguesas e a unidade

por MANUEL DORES

NECESSIDADE DA UNIDADE

No processamento da luta contra o salazarismo tem-se vindo a admitir entre os diversos setores da Oposição que a vitória só será possível através dum amplo movimento de unidade. Esta unidade tem de ser bem entendida por todos, para se poder conseguir uma ação consequente e da máxima amplitude e força. Unidade não quer dizer união pura e simples, abdicção de princípios, filosofia ou teorias seguidas pelos diversos setores ou partidos. Pelo contrário, temos de admitir de uma vez por todas que a Oposição portuguesa é formada por setores bem distintos, pensando os problemas gerais da humanidade e os do povo português em particular de formas bem diversas, muitas vezes até contraditórias. Mas a unidade entre forças com objetivos distintos a longo prazo, é possível em volta dos problemas comuns atuais. Mais do que isso, não será possível a nenhum dos agrupamentos ultrapassar a fase atual por si só, lutando isolado. Por isso a unidade de todos os setores é não só possível como absolutamente necessária. A prova prática da eficiência de tais princípios foi dada pelo movimento da candidatura do General Humberto Delgado. O extraordinário entusiasmo de todo o povo mostrou bem que tal atitude foi por ele sancionada e se-lo-á sempre. Logo que os dirigentes se desviarem destes princípios, estar-se-ão divorciando do sentir de todo o povo, e estarão apenas a construir castelos no ar, pois é essencial para se conseguir a vitória, a participação de todo o povo português.

MAIOR AFIRMAÇÃO DOS AGRUPAMENTOS

Significa isto que durante a fase da luta contra o salazarismo devem os diversos setores ou partidos deixar de fazer sua propaganda, lutar pelos seus ideais, discutir problemas específicos? Pelo contrário, à medida que se aproxima a vitória, mais necessidade há de todos os agrupamentos se fortalecerem, se afirmarem, para bem poderem desempenhar o papel que lhes virá a caber na condução dos destinos do nosso povo, dentro dum sistema verdadeiramente democrático e livre. A maior afirmação de cada um dos setores é possível e não pode trazer nenhum inconveniente ao movimento de unidade se todos souberem distinguir em que circunstâncias deverão e poderão exercer as atividades específicas dos seus partidos e em que outras se deverão dedicar de alma e coração às tarefas da luta comum. Com isto queremos dizer que é trabalhar contra a unidade, por exemplo, tentar impôr a discriminação ou atacar as posições ideológicas de certos grupos sempre que se esteja fazendo trabalho em comum. Com isso estar-se-á minando a unidade e enfraquecendo o nosso campo.

A afirmação dos princípios que norteiam cada grupo é, como dissemos, cada vez mais necessária. Através dela se confrontarão as diversas posições, se analisarão os pontos comuns, de forma a poder-se obter uma união de forças diferentes contra o mesmo inimigo. Não se pretende nivelar ou diluir princípios ou ideais. Pretende-se simplesmente agrupar forças cada vez mais conscientemente. Esse agrupamento, quanto mais consciente for, mais forte se tornará, pois cada um saberá exatamente o que pensa o outro e até onde lhe pode pedir que vá.

PONTOS BÁSICOS DA UNIDADE

Assim parece que se podem considerar pontos básicos da luta contra o salazarismo, susceptíveis de unir as forças da Oposição, os seguintes: o desmascaramento sistemático da opressão económica exercida sobre o povo pela alta finança nacional e estrangeira; a exigência do cumprimento de todos os preceitos constitucionais, como base para a democratização do país; o desmascaramento e a luta por todos os meios ao alcance contra as arbitrariedades e as atrocidades cometidas pela P.I.D.E.; a luta pela anistia de todos os presos políticos; o levar à ONU e aos povos de todos os países um conhecimento verdadeiro das condi-

ções em que vive e luta todo o povo português; as atividades e iniciativas tomadas em comum e visando enfraquecer as posições do salazarismo e simultaneamente dar maior consciência política a todas as camadas da população. Em cada momento e perante os dados reais de cada problema, será sempre possível aos vários setores da Oposição encontrar as formas apropriadas de luta em comum susceptíveis de obter novos progressos e vitórias.

OS POVOS COLONIAIS E SUA LUTA

Dentro do vasto campo da luta contra o regime, que brange afinal todos os setores da atividade do povo português, tem vindo a afirmar-se uma nova frente: a da luta dos povos das colónias portuguesas (é preciso ter perdido toda a vergonha para lhes chamar "províncias ultramarinas") pela libertação da insólita opressão a que estão sujeitos.

É mais uma força a lutar contra o regime. Força que não se pode desprezar, pois é evidente que virá a contar com apoio cada vez maior tanto interno como externo.

É desejável que a Oposição portuguesa saiba encontrar as modalidades apropriadas à integração dessa força na luta comum. Por parte dos movimentos de emancipação dos povos das colónias portuguesas temos assistido às afirmações continuadas de que a sua luta se não dirige contra o povo português, mas sim contra o seu governo, contra o anacrónico sistema que lhes é imposto, contra a exploração pelos mesmos grupos financeiros que asfixiam a nação inteira.

DILEMA DA OPOSIÇÃO

Todos sabemos que as colónias portuguesas desempenham hoje um importante papel na economia do país, toda orientada pela alta finança e em seu exclusivo interesse. Uma mudança de regime acarretará imultaneamente uma alteração profunda no sistema económico. É essencial porém que os vários setores da Oposição pensem que é necessário considerar desde já os anseios desses onze milhões de seres humanos. Ou a Oposição considera como um dos pontos básicos da sua luta de unidade que a libertação se estende também a todos os povos coloniais, ou, se o não fizer, os dois movimentos correrão independentes e será lógico que os povos coloniais pensem que a Oposição também quer a continuação do atual sistema, condenado pela História, tirando daí as inevitáveis consequências e agindo em conformidade. Não fiquemos amarrados aos nossos antepassados e aos nossos heróis. Hoje o destino dos povos não é feito pela vontade de um homem ou de um grupo. Cada vez mais se entrosam todos os sistemas, e cada vez é mais variado o conjunto de forças que intervêm na evolução de cada povo. Veja-se o caso do Congo: dum momento para o outro vieram à superfície interesses tão diversos como os dos nacionalistas que visam a independência total, os das tribus rivais, os dos colonos europeus, os das grandes companhias mineiras, os dos povos africanos e do panafricanismo, os dos povos afro-asiáticos, as divergências Leste-Oeste e a ação e o prestígio da ONU.

A África é um continente de futuro. A todo o mundo interessa o sentido em que se dirigem os seus duzentos milhões de habitantes. Cada vez menos é possível escamotear pura e simplesmente a existência e os direitos de onze milhões de africanos (como se fosse a mesma coisa nascer e viver em Calenga ou Santarém). Dependem muito da atitude que a Oposição tomar desde já e sem equívocos sobre tão melindroso assunto as futuras relações entre o povo português e os das colónias.

PONTOS BÁSICOS DE UNIDADE NA FRENTE COLONIAL

Ataquemos o problema frontalmente, estabelecendo as bases da unidade da luta em todas as fren-

A Oposição e o Movimento Popular de Libertação de Angola (M.P.L.A.)

O facto de Portugal Democrático ter dado guarida, em seu numero de outubro, à mensagem do MPLA ao povo português, não significa que endosse in totum o texto e alegações que ali se expõem livremente.

Portugal Democrático é uma tribuna livre, aberta à discussão dos problemas nacionais, sem peias de censura e medos que a PIDE utiliza para calar opiniões livres e democráticas.

Erros grandes se praticaram em todos os tempos e em todo o mundo, mas responsabilizar a geração de hoje pelo que foi feito muitos anos atrás, é como querer impor padrões de pensamento político medieval ao povo de nossos dias, senhor de seus destinos pela vontade expressa nas urnas, voto secreto, liberdades e direitos que as nações civilizadas consagram e adotam. É ter, afinal, a mentalidade que preside ao "Estado Novo".

O MPLA confunde lamentavelmente Portugal com o Salazar e seu governo tirânico, injustiça clamorosa feita a todos os portugueses democratas e sinceros patriotas que, felizmente, são a maioria da sua população.

Confunde e reconhece naquele governo de acção apocalíptica os

plenos poderes da representação nacional, a ponto de com ele querer negociar.

Não há ali, naquele manifesto do MPLA, uma única palavra de louvor para a República e sua acção civilizadora, quando instituiu os Altos Comissários e a ampla autonomia administrativa que eles iniciaram.

Não há uma palavra de solidariedade e de justiça para nós outros que lutamos pelos "direitos e liberdades avaramente inscritos na Constituição" que Salazar fez e aprovou para tapear os ingleses, e para os americanos pagarem aqueles milhões de dolares com que é melhorado o soldo da tropa fandangosa que ocupa e domina e tiraniza todos os territórios portugueses.

Autodeterminação, evidentemente, quando o povo de Angola tiver liberdade para se exprimir, mas não para cair numa independência frustrada, anárquica, sangrenta, isca de grossos e impiedosos interesses imperialistas, terreno maninho para aventureiros sem escrúpulos arrotearem, e cultivarem e regarem com o braço e o suor das populações indígenas.

E como a nenhum imperialismo a República e o povo português devem obrigações ou conselhos, so-

mos nós e nossos irmãos do Ultramar que havemos de resolver os magnos problemas de nossos destinos comuns.

Ninguém, em sã consciência, pode garantir em detalhe o que a República vai fazer logo que volte a ser replantada em Portugal.

O que hoje seria possível e aceitável, amanhã poderá ter a repulsa das populações interessadas, que então serão ouvidas em regime de ampla liberdade e dentro daquele espírito de concordia e mutua transigência que deve animar os líderes políticos saídos da restauração da independência de Portugal.

O colonialismo, a escravidão, os trustes dos produtos equatoriais, são estigmas do regime ditatorial que oprime a todos nós, patriotas portugueses, da Europa e do Ultramar, que não temos nenhuma ligação, direta ou indireta, a amarrar-nos às infâmias que o MPLA aponta para justificar o seu grito de libertação.

Mesa redonda com as balونات apontadas às costas dos convivas, para eles votarem aquilo que o Salazar julgar necessário para prolongar a sua cruel e arruinadora ditadura, não tem a nossa aprovação.

Testemunhos sobre as Colónias Portuguesas

Do antropologista americano Prof. Marvin Harris:

«O que faz de Moçambique uma terra desconhecida é o silêncio do seu povo africano.»

«Quase totalmente iletrados, cuidadosamente isolados contra notícias perturbadoras do estrangeiro, sujeitos a castigos corporais e deportação ao arbitrio das autoridades portuguesas, os seus pensamentos nunca são exprimidos, a sua voz nunca é ouvida.»

Do americano Peter Ritner no livro «The Death of Africa», New York, 1960, pg. 122: «Alguém que tome interesse pela África depressa aprende que a África portuguesa é uma das áreas mais mal governadas do mundo.»

Do Prof. Charles-André Julien, da Sorbonne, em «Histoire de l'Afrique», Paris, 1955, pg. 124-126:

«O racismo expande-se sob a influência da África do Sul, e é reforçado pela proibição de casamentos inter-raciais...»

«Os africanos são deliberadamente mantidos em estado de ignorância e as Missões dão só limitada e rudimentar educação a um pequeno número de indivíduos. A justiça é sumária e severa. O uso do chicote mantém-se correntemente...»

«Embora o trabalho forçado seja legalmente proibido, «trabalhadores contratados» são requisitados à força, e a sua sorte difere da dos escravos somente pelo seu carácter intermitente.»

Do inglês Alexander Campbell, no livro «The Heart of Africa», London, 1954, pg. 376: «Todo o adulto africano do sexo masculino pode ser compelido, pela lei portuguesa, a trabalhar para um patrão branco pelo menos seis meses todos os anos, ou também a produzir uma quantidade mínima de cereais nas suas terras. Os africa-

nos que não cumprem são obrigados a trabalhar na construção de estradas, sem remuneração. A mesma sorte espera os africanos que não pagam os seus impostos. O trabalho africano é também a principal exportação da África Oriental Portuguesa.»

Do americano John Gunther, em «Inside Africa», London, 1955, pg. 572 e outras:

«As províncias ultramarinas portuguesas são governadas exactamente como Portugal é governado, por métodos autoritários. A imprensa é censurada, a polícia secreta está em toda a parte, e as eleições não significam nada mesmo quando têm lugar...»

«A pior coisa da África portuguesa é o trabalho forçado. Não só ele ainda existe como as autoridades portuguesas o aceitam e dizem que é necessário e mesmo uma «boa coisa» para as suas vítimas e toleram-no...»

«Isto não é exactamente, mas quase, uma forma de escravatura. O homem torna-se gado.»

«O sistema funciona mais ou menos assim: Um fazendeiro informa o governo de que necessitará tantos homens, e estes são-lhe fornecidos pelo Chefe de Posto local ou autoridade distrital. Recrutadores nativos vão às aldeias e recolhem o necessário número de homens que são entregues ao fazendeiro. Mas o fazendeiro, para ficar seguro de que receberá todos os homens de que necessita, usualmente paga ao Chefe de Posto, se este é corrupto. O pagamento normal é de dez vezes o salário de contrato do trabalhador para um período de seis meses. Não pode ser imaginado nada mais atroz.»

«Os principais problemas são a pobreza em grau extremo (o salário médio em Moçambique é de três escudos por dia) e a falta de instrução...»

te a sua necessidade económica e social.

Não é isto que se passa entre Portugal e as colónias. Atualmente a divergência de interesses entre os povos coloniais e Portugal (este representado à força pelo seu governo) é total. As colónias são impostas uma economia toda baseada na produção de matérias primas para exportação. Esses produtos estão sujeitos às flutuações constantes dos mercados mundiais, o que impede qualquer base estável. A dependência dos povos coloniais tanto sob o ponto de vista económico, como social ou político, é total. Em vez de escolas, hospitais, abastecimentos de água, obras de saneamento, constroem-se arranha-céus luxuosos, palácios para os governa-

dores e presidentes das câmaras; em vez de engenheiros, médicos, veterinários, professores, agrónomos, silvícultores, economistas, técnicos de todas as especialidades, enviam-se comerciantes e tropas; em vez de máquinas, tractores e charruas, enviam-se vinhos. Não existe sombra de comunidade de interesses. O divórcio é total. Pode-se construir no futuro essa comunidade? Para encontrar a resposta temos de nos unir todos, lutando pela libertação do povo português e pela libertação dos povos coloniais. Esse será o primeiro passo, sem o qual ficarão destruídas para sempre as esperanças de que se venha a tornar uma necessidade de um tipo qualquer de comunidade luso-africana.



Abaixo o colonialismo português!

Manifesto dos democratas de Moçambique dirigido à população

Os Democratas de Moçambique aproveitam a presente data do Cinquentenário da Implantação da República em Portugal para apresentar o seguinte protesto e reclamações contra o regime político de Salazar.

Todos os anos, tanto aqui, como na Metrópole ou noutros pontos do território nacional, os democratas têm tentado comemorar a data de 5 de Outubro de 1910, como implantação do regime republicano e democrático em Portugal.

O actual Governador Geral e todos os anteriores representantes do regime vigente, que aqui governaram, sempre proibiram, de forma repulsiva e inconsiderante e sob a ameaça da intervenção física da autoridade, toda e qualquer manifestação própria e requerida por tão grande e significativa data nacional.

Unicamente, o regime vigente, para justificar a sua Lei Fundamental como consequência histórica das constituições monárquico-liberais e da Constituição Republicana de 1911, se tem permitido lembrar a data de 5 de Outubro, ora impondo aos seus funcionários a cerimónia de cumprimentos ao Governo, ora fechando, por ironia, os olhos às simples romagens prestadas pelos republicanos aos mortos da República.

O ano passado — 1959 —, quando os republicanos e democratas de Moçambique quiseram comemorar a data de 5 de Outubro, com a, aliás, recatada cerimónia de um almoço entre correligionários, o Governo, que até a modesta e silenciosa romagem aos mortos sempre obrigou a proceder de autorização oficial — proibiu, pela pessoa do actual Governador, aquele repasto pacífico e amigável sob a ameaça da intervenção da polícia, assim como cortou na censura à imprensa — ainda directamente pela acção pessoal do mesmo Governador — todos os escritos meramente doutrinários e noticiosos do significado da implantação da República.

Tem sido esta uma atitude arbitrária e insolita que não encontra apoio na própria Lei Fundamental do regime de Salazar, nem parece aos democratas de Moçambique que ceda à mera conduta de condescendência, de cortesia e de civismo por estes até aqui seguidos. Hája vista que tal regime, que invoca neste momento, em nome de Portugal, as suas estreitas relações com a África do Sul, Rodésias e Brasil, fecha radicalmente os olhos à relativa liberdade daqueles países vizinhos e à franca liberdade democrática do país irmão. No Brasil não há polícia secreta política, nem censura à imprensa; na África do Sul e Rodésias, embora vigore um racismo oficial ou prático e certo policiamento político e censura, é permitida, em grande extensão, a liberdade de pensamento, de expressão e de reunião, como o demonstram exuberantemente a sua imprensa (quer europeia, quer nativa), os comícios, reuniões, existência de partidos e reclamações políticas sobre os assuntos mais arrojados da sua situação, interna ou externa, e sobre a crise actual africana.

Se o regime vigente não encontra apoio na sua própria Lei Fundamental, nem cede às mais ordeiras e civis reclamações políticas e sociais dos democratas portugueses, assim como não segue o exemplo de liberdade dos países amigos, — o regime de Salazar não é meramente autocrático e oposto ao democrático implantado em 5 de Outubro de 1910; o regime que vigora é poder estruturalmente discriminatório que assenta na força da polícia secreta e na arbitrariedade da censura à imprensa, apresentando-se como "caso único em todo o Mundo", não pelo sentido mistificador que lhe atribuem os seguidores de Salazar, mas sim porque é um regime de força e de opressão nacional!

Por isso, os democratas de Moçambique, como antítese radical de tal regime, aproveitam esta grande

e significativa data da Implantação da República Democrática em Portugal para gritar bem alto o seguinte protesto:

— Ainda que vigore a presente Constituição até a vontade do povo português (sem distinção de raças ou de qualidades) se fazer ouvir para ditar outra em moldes democráticos, repudiamos, com vigor, e declaramos, em nome da Liberdade e dignidade humana, o regime vigente poder discriminatório e ilegal de opressão e de força, por assentar praticamente, não na sua própria Constituição, mas na força da polícia e na arbitrariedade da censura à imprensa!

Consequentemente, reclamam ainda os Democratas de Moçambique que:

- 1) — Seja abolida, por completo, a intervenção directa e aberta do Governo nos assuntos da vida privada e política dos cidadãos, acabando, assim com a prática policial de violação do domicílio e correspondência;
- 2) — Seja abolida a existência da Polícia política secreta e "doméstica" (PIDE), por ser ilegal e contrária à indole pacífica e ordeira do povo português, europeu ou nativo;
- 3) — Seja abolida a censura, ilegal e arbitrária, à imprensa e a toda a actividade intelectual portuguesa, a qual só tem contribuído para manter a população local num cego e supersticioso atraso, na ignorância, confusão e desactualização dos problemas presentes;
- 4) — Sejam imediatamente postos em liberdade ou anistiados todos os presos políticos, sem distinção de raças, convicção, política ou credo religioso;
- 5) — Seja proibida e julgada nula e de nenhum efeito a prisão sem culpa formada, assim como a expulsão sumária e administrativa dos cidadãos de qualquer raça, relativamente à simples matéria de credo político;
- 6) — Seja abolida e julgada nula e de nenhum efeito a prática legislativa avulsa do poder executivo e administrativo contrária aos próprios princípios constitucionais do regime vigente;
- 7) — Seja abolida a intervenção política, administrativa e policial do Governo na vida e iniciativa económica da minoria europeia e sociedade indígena, de forma a facilitar a criação e estruturação efectiva duma nova sociedade multiracial em Moçambique;
- 8) — Seja, por isso, suspensa imediatamente a mobilização, para Moçambique, de forças da polícia política secreta, substituindo-as pelo envio, da Metrópole e do estrangeiro, em larga escala, de capitais e maquinaria, assim como pela protecção e auxílio do serviço publico a toda a população branca ou de cor que aqui vive e trabalha;
- 9) — Seja revogada, pela mesma razão e fins, toda a legislação de condicionamento comercial, agrícola e industrial, que, tornando dependente de autorização a mais insignificante iniciativa económica e profissional, impede a criação e desenvolvimento duma vida económica e social local e própria de Moçambique;
- 10) — Consequentemente, e para engrandecimento integral e efectivo de Moçambique, sejam tornados extensivos a todos os indivíduos de qualquer raça, naturais ou residentes em Moçambique, a igualdade, protecção, reconhecimento e gozo incondicional de todos os direitos

humanos, civis e políticos, previstos, até, na própria Constituição do regime vigente, abolindo-se, assim, a distinção resultante dos estatutos ou regulamentos especiais contrários àqueles princípios e aos gerais e universais dos direitos do Homem e do Cidadão expressos na Carta das Nações Unidas, a que Portugal aderiu!

É aquele protesto e estes dez artigos de reclamação que os Democratas de Moçambique opõem, como verdade única e deassombrosa, à "comemoração" de fachada, policial e oficial, que o Governo, este ano, impôs para o 5 de Outubro, esperando que o povo de Moçambique veja nesta proclamação patriótica e democrática, exposta, o meio justo, eficaz e elevado de se comemorar o Cinquentenário da Implantação da República Democrática em Portugal.

A BEM DA NAÇÃO, DA PATRIA, DA LIBERDADE E DA DIGNIDADE HUMANA.

(ass.) Os democratas de Moçambique.

Moçambique, 5 de Outubro de 1960.

MOVIMENTO PRÓ-ANISTIA

Para custear as despesas de deslocação do Delegado brasileiro à Europa, recebemos mais as seguintes importâncias:

Transporte do n. anterior	12.570,50
Um Grupo de Democratas de Newark (USA)	6.475,00
Anónimo	200,00
Total:	19.245,50

Pedimos a todos os assinantes que não venham recebendo regularmente PORTUGAL DEMOCRÁTICO, o favor de no-lo comunicarem por escrito, a fim de que possamos tomar as necessárias providências junto de quem de direito.

GRUPO DE PORTUGUESES DEMOCRATAS NA INGLATERRA

Todos os anti-fascistas que desejarem pôr-se em contacto com o GPDI devem dirigir-se ao Sr. José Maria Sampaio, 374, GRAY'S INN ROAD, W. C. 1. — Tel.: TERMINUS 1078.

"OFÍCIO DE TREVAS"

Já em todas as boas livrarias, o livro de poemas do nosso companheiro de redacção CARLOS MARIA DE ARAUJO.

Não só por solidariedade para com este companheiro, mas ainda pela qualidade lírica de seus poemas, aconselhamos o Leitor a adquirir OFÍCIO DE TREVAS. Se você Leitor de PORTUGAL DEMOCRÁTICO, não morar numa grande cidade, peça, por reembolso postal, OFÍCIO DE TREVAS, quer para a Editora Livros de Portugal (Rua da Alfândega, 88, Rio de Janeiro), quer para a nossa Redacção.

OFÍCIO DE TREVAS é ilustrado pelo consagrado desenhador brasileiro Clóvis Graçano.

QUANDO SALAZAR PRENDE

Acreditamos que no Brasil já não pode haver ingénuos que proclamem as excelências da paternal ditadura de Salazar; mas, se ainda existisse um, ele o teria deixado de ser, há dias, quando o chefe do governo luso-fascista negou, através da sua embaixada no Rio de Janeiro, o "visto" ao advogado brasileiro António Alberto Saboia Lima, para se deslocar a Luanda, capital de Angola.

Que crime terá cometido o nosso compatriota, para não poder alcançar uma terra onde imperam as violências salazaristas? Com efeito, o dr. António Alberto Saboia Lima tão somente se preparava para cumprir um dever e, ao mesmo tempo, a ordem que lhe transmitira a secção brasileira da Comissão Internacional de Juristas, a fim de, como simples observador, acompanhar um processo em que estão envolvidos cerca de 50 opositores ao regime fascista, residentes em Angola.

O advogado português Manuel João da Palma Carlos deveria ter assumido a defesa dos 50 presos, mas o governo de Lisboa não lhe permitiu que embarcasse para Luanda. Foi então que a Comissão Internacional de Juristas recorreu para a sua secção brasileira, que indicou o dr. Saboia Lima. Mas Salazar vetou!

Como se vê, é assim que funciona a Comunidade Luso-Brasileira. Do lado do governo luso-fascista, só há atuação quando lhe convém. E é este o primeiro resultado concreto da viagem do sr. Juscelino Kubitschek a Portugal! Será que Brasília pretenderá ir ainda mais longe com os obtusos acórdos que assinou com o senil e fanático ditador de Santa Comba?

Foi pronunciando-se sobre outro ângulo da momentosa questão que "O Estado de São Paulo" indicou, recentemente, que "ao Congresso caberá corrigir as clamorosas falhas do tratamento de extradição que, sem maiores cautelas, o presidente Juscelino Kubitschek assinou juntamente com o chefe de Estado de Portugal, tratado que já está sendo veementemente condenado pelos mais eminentes juristas brasileiros". De fato deve alertar-se a opinião pública, para que esta faça atuar, por seu turno, os parlamentares, dêles reclamando que rejeitem os tratados ignominiosos. Já sabemos que Salazar só cumpre quando lhe interessa, que não respeita acórdos internacionais, nem tampouco as normas aceitas por todos os povos civilizados, no que concerne, por exemplo, aos presos políticos. O "visto" recusado ao dr. Saboia Lima é elucidativo de como o repugnante ditador de Portugal entende cultivar a Comunidade Luso-Brasileira!

Por outro lado, o incidente registrado com o refugiado político que pediu abrigo ao sr. Negrão de Lima, em Lisboa, de novo porá à prova o respeito do sr. Salazar e seus asseclas policiais, relativamente ao direito de asilo. Manuel Serra, líder das juventudes operárias católicas, esteve por longos meses asilado na Legação de Cuba, mas já que as relações deste país com o governo luso-fascista não são as melhores, resolveu procurar outro asilo. Contrafeito, o embaixador do Brasil em Lisboa não teve outro remédio que não fosse o de albergar o foragido, tão realmente perseguido político que havia sido julgado, com outros, num dos "tribunais" do regime luso-fascista. As coisas foram tão longe, porém, que o sr. Negrão de Lima já não pode recuar garantindo a vida e a liberdade de Manuel Serra. Que, ao menos, colocados entre a espada e a parede, os nossos representantes se portem à altura que lhes deve impor o nome e a dignidade do Brasil!

Finalmente, duas notas ainda sobre o governo paternal instituído há mais de trinta anos em Lisboa: o Bispo do Porto recusou entrar em Portugal, depois de longamente o ditador lhe ter impedido o acesso, e só voltará à sua diocese se lhe derem todas as garantias! De um governo que se diz católico, tudo fica dito...

Outra notícia que novamente sublinha a interferência dos agentes totalitários de Salazar na vida brasileira foi a insolita manobra do cônsul luso-fascista em Recife, que moveu influências e personalidades sem vergonha, para que impedissem o General Humberto Delgado de falar num programa de televisão, que para tal convidara o líder português. O assecla de Salazar na capital pernambucana chama-se Pinto Machado e pouco antes da sua inqualificável atitude fora recebido na Assembléa Legislativa do Estado de Pernambuco — o que dá a idéia exata de como manejam a face de dois gumes os policiais totalitários. Os deputados Francisco Julião, Luiz Franca e Andrade Lima protestaram violenta e indignadamente contra a intromissão do consul-espião, mas deverã acrescentar-se que a opinião pública brasileira não tolerará que incidentes como este se repitam, em detrimento da nossa soberania, já que as ações dos agentes de Salazar, nesta circunstância, são inadmissíveis, desde que praticadas à revelia das nossas tradições e contra o funcionamento normal das instituições democráticas brasileiras.

(Da Revista "Anhembi", Outubro de 1960)

CONHEÇA "POR DENTRO" A PODRIDÃO DA LEGALIDADE SALAZARISTA

MARIA ARCHER
OS ÚLTIMOS DIAS DO FASCISMO PORTUGUÊS

EDITORA LIBERDADE E CULTURA

A' venda nas principais livrarias ou na administração de PORTUGAL DEMOCRÁTICO — Rua Conselheiro Furtado, 191, s/2 — Caixa Postal, 4.469 — São Paulo — Brasil.

Preço: brochado, Cr\$ 200,00; encadernado, Cr\$ 300,00

Portugueses livres comemoram o cinquentenário

(Continuação da 2.ª página)

Outros discursos

Falaram em seguida o dr. Paulo Duarte e a Sra. Dolores de Mello Vassão, cujos discursos reproduzimos, respectivamente na 4.ª e 5.ª páginas.

O sr. Halley Teixeira de Faria, em representação do deputado Abreu Sodré, presidente da Assembléa Legislativa do Estado de S. Paulo, fez, em vibrante improviso, o elogio da amizade luso-brasileira e augurou para breve a re-democratização de Portugal.

Fala depois o Dr. Rodrigo de Abreu, antigo líder da Oposição Democrática no Norte de Portugal e candidato a deputado pelos democratas em 1957, cujo discurso reproduzimos parcialmente na 5.ª página.

O Sr. Miguel Urbano Rodrigues, fazendo uso da palavra, dirigiu um apelo pessoal aos presentes no sentido de contribuirem mais intensamente para os jornais portugueses anti-salazaristas.

Dr. Manuel Sertório: «A lição do 5 de Outubro mantém-se actual»

Começou por situar o "Cinco de Outubro" e o regime que dele provêo no processo da revolução democrático-burguesa do nosso povo, iniciado em 1820, dizendo que a principal causa da interrupção desse processo pelo fascismo salazarista fora a debilidade política das classes trabalhadoras, solicitadas apenas por um partido social-democrata impotente — o Partido Socialista Português — e, a partir de 1914, pela esterilizante corrente do anarco-sindicalismo.

Hoje — disse — a única forma politicamente válida de comemorar a República é envidar todos os esforços para tornar uma realidade, o mais brevemente possível, a II República em Portugal.

A este propósito, a lição do "Cinco de Outubro" mantém-se actual, na medida em que a solução dos nossos problemas não foi então procurada, como hoje o não deverá ser, na acção de chancelarias estrangeiras, nem na dos altos comandos militares, nem nas desinteligências dos detentores do poder, nem na possibilidade inverosímil destes transacionarem o regime, mas, ao contrário, na acção indomita das massas populares, enquadras por uma direcção única à altura dos acontecimentos, como foi naquela altura, o antigo Partido Republicano Português.

E', precisamente, a falta de uma direcção única por parte da Oposição — acrescentou — que explica, melhor do que tudo, os 34 anos de fascismo sofridos pelo nosso povo. E' a hora, por isso, de superar de vez as razões impeditivas de uma amplíssima convivência activa de todos os oposicionistas: o anti-comunismo militante ou, se quiserem, o anti-partido comunista português de uns, que os leva a irmarem-se com a Pide no farejar de comunistas onde eles porventura existem e também onde eles não existem; o jacobinismo ultrapassado de outros, que os faz considerar como inimigos os católicos e monárquicos que se vêm pronunciando contra o fascismo; a desconfiança de outros quanto a companheiros chegados mais tarde à Oposição, como se, afinal, não acreditassem na força aliciante das idéas por eles há mais tempo defendidas e não vissem a inoportunidade da constituição entre nós de verdadeiras castas políticas de "cristãos velhos" e "cristãos novos"; o "golpismo", ainda, de alguns companheiros, que os leva necessariamente a subestimar a real capacidade de luta do povo português e, ao fim e ao cabo, à

passividade e à inércia que advém sempre do voluntário afastamento das massas populares.

E' necessário, numa palavra, que no espírito de reforma da nossa mentalidade por que clamava já Antonio Sérgio em pleno regime republicano sejamos capazes de combater o fascismo com uma mentalidade verdadeiramente democrática e tolerante com os nossos companheiros de armas, pois lutar contra o fascismo com uma mentalidade fascista poderá aproveitar a todos menos, certamente, ao povo português.

Da maior fraqueza do governo, que é o geral e crescente descontentamento provocado em todas as classes e camadas sociais, temos de saber extrair a nossa maior força, que é a da cooperação atuante de todos os anti-fascistas, traduzida pelo respeito recíproco da autonomia de grupos e iniciativas e por uma direcção unificada, susceptível de dar solução aos problemas concretos da nossa luta e incentivar a orgânica adequada a uma necessária convergência de esforços, lealmente ajustados e negociados.

Terminando o seu discurso, Manuel Sertório apresentou as três seguintes sugestões: primeira, que os dois jornais portugueses anti-fascistas ali representados inserissem nos seus próximos números um apelo aos oposicionistas da Pátria no sentido de procederem aos trabalhos pré-eleitorais e eleitorais com vista à eleição de deputados num espírito inteiramente anti-segregacionista; segunda, que se constitua rapidamente, porventura com sede em São Paulo, um Conselho Anti-Fascista no Estrangeiro, articulando todos os núcleos da imigração política portuguesa espalhados pelo mundo; terceira, que se reiniciem as diligências necessárias para a breve realização no Brasil — se não de um Congresso — da I.ª Convenção de Anti-Fascistas Portugueses.

Mensagem do Dr. Jorge de Sena

Lida pelo Eng. Jorge Fidelino de Figueiredo, reproduzimos na 5.ª página a mensagem deste nosso companheiro de redacção.

Dr. Vitor Ramos: «Colaboração de todos Pró-Anistia aos Presos Políticos»

Falou depois, em nome do Portugal Democrático, o nosso colega de redacção dr. Vitor Ramos que principiou por se referir à campanha de colónias com que o Estado Novo pretendia afastar da idéa republicana as novas gerações: "Muitos dos que aqui se encontram — disse — pertencem às gerações criadas nesse ambiente de colónias, de descrédito, de insinuações pífidas sobre a actividade e a obra da República. Nos manuais por que estudámos, nos jornais que lhamos, na rádio oficial, a idéa republicana era insistentemente denegrida, sistematicamente insultada, quotidianamente desmentida. E, no entanto, tão grande foi a sua força, tão intenso foi o seu poder de atracção que aqui nos encontramos hoje para festejar em glória o 50.º aniversário dessa grande revolução".

Atribuindo depois a derrota da República à magnanimidade dos dirigentes republicanos "que deixaram proliferar, sem a devida repressão, os elementos que mais tarde a haviam de traír" Vitor Ramos afirmou: "As novas camadas democráticas querem guardar das antigas a experiência de luta, o espírito de sacrifício e a integridade moral, mas não querem, de forma alguma, esquecer que a tolerância e até certo ponto a ingenuidade dos primeiros tempos da República, bem como a falta de confiança dos dirigentes nas camadas populares, abriram o caminho ao salazarismo. Os grandes vultos da República, constituem para nós

exemplos de abnegação e de coragem. A sua obra, nos escassos 16 anos de verdadeira República, foi enorme, em todos os sectores da actividade nacional. Mas não esqueçamos que é preciso ir mais longe ainda, se quisermos re-implantar a República em Portugal".

Analisando seguidamente alguns dos problemas com que o salazarismo se defronta no momento actual, Vitor Ramos concluiu pedindo a colaboração de todos para a 2.ª Conferência Sul-Americana pro-Anistia aos presos políticos, a realizar dentro em breve:

"Destá nossa reunião, em que comemoramos o 50.º aniversário da implantação de um regime que se caracterizou justamente pela generosidade, até excessiva, e pela humanidade de que se revestiu toda a sua acção, está indicado que saja um documento de apoio a uma conferência a favor da anistia. Os homens que hoje enchem as cadeias portuguesas estão encarcerados precisamente por lutarem pela reintegração do nosso país no regime republicano, pela re-implantação da democracia portuguesa. Lutemos para que esses nossos compatriotas, cujo único crime é quererem dar uma dimensão humana à nossa vida política, sejam postos em liberdade. Parece-me que esta será uma forma digna de comemorarmos o aniversário da revolução republicana".

Dr. Paulo de Castro: «Herança da Republica; novas tarefas»

Falando em seu nome pessoal e no de alguns amigos republicanos do R.º, Paulo de Castro proferiu um discurso de que damos aqui apenas os topicos:

1.º — O 5 de Outubro deve ser considerado como acontecimento em si e como idéa-força. Como acontecimento exige algumas críticas, não aos homens mas às suas insuficiências, superficialidades, ausência de uma visão económica e social dos problemas; como idéa-força, constitui ainda hoje uma bandeira dos republicanos que sabem como empunhá-la e como não a deixar cair mais na mão dos adversários. As reformas de estrutura, favorecendo camponeses e operários bem como a classe média, são meios de defesa e de progresso, de realização da República que terão de ser adotados sem hesitações pela geração que dirigir, em democracia económica e social, os destinos da Pátria.

2.º — Entre as grandes reformas estará a da política externa. De uma política tradicionalmente pautada pelos interesses ingleses, tivemos depois, com Salazar, a mais oportunista de todas, ao serviço primeiro da Inglaterra, depois do nazismo e depois do Departamento de Estado. A nossa política externa não deve participar de nenhuma subserviência, nem ao bloco ocidental nem ao bloco comunista. Deve ser independente sem violação do único compromisso adotado pela Nação durante séculos, a Aliança Inglesa, mesmo porque uma aliança que nos permite entrar ou não entrar na guerra, seria uma suprema prova de inabilidade denunciá-la. Pela Aliança Inglesa ficaremos ligados ao ocidente, com o direito de determinarmos, em cada caso, a nossa linha de acção. Não pertencemos ao Commonwealth, e queremos ter pelo menos o direito de ser tão livres como Nehru, ligado ao Commonwealth, mas realçando, de fato, a política que entende. A Aliança Inglesa será para nós um meio de estar no ocidente estando apenas em nossa casa, e fazendo o que entendermos, será uma flor do passado, a cultivar sem abandono mas sem excesso de esmero. Quanto a obrigações assumidas pelo governo ditatorial sem consulta do povo, não devem ser denunciadas por um ato arbitrário mas não devem manter-se sem uma consulta popular. Aos nossos amigos americanos queremos tranquilizar: não faremos uma

a India portuguesa com «Portugal Democrático»

Fraternalmente, os cidadãos livres da India Portuguesa desejam que triunfe a democracia em Portugal e que, para o futuro, "Portugal Democrático" venha a ser órgão do Governo e Guardião dos princípios e processos democráticos. O jornal "Free Goa" tem reproduzido em inglês, regularmente, idéias e factos, dignos de nota que ilustram este jornal; além disso, quase todo o jornal é radiodifundido pela emissora "Voz de Liberdade de Goa". Sabemos do crescente interesse que merece ao publico, sem exceptuar as forças armadas portuguesas, essa radiodifusão. Assim, a propaganda de "Portugal Democrático" é activa e tem criado entusiasmo.

O artigo do Dr. J. de Sena sobre a futura organização da Comunidade Portuguesa veio revelar a esplendida projecção de um ideário democrático que resta de ser transplantado para o domínio da realidade. A previsão do direito de secessão de qualquer membro da comunidade, é uma bela e animadora amostra de um esclarecido espírito democrático do Dr. J. de Sena. Nem todos da frente anti-salazarista estarão porventura de acordo com esse modus vivendi politico; mas hoje não se pode avançar com os olhos virados para o colonialismo ou democracia disfarçadas. Foi o Acto Colonial do Dr. Salazar que provocou o afastamento dos goeses illustres sinceros adeptos do regime republicano em Portugal. Eles foram silenciados pela censura à Im-

prensa, destruição das tipografias e suspensão dos jornais.

E' grato recordar que os deportados goeses, politicamente nacionalistas, que foram encarcerados no Forte de Peniche, à ordem da Ditadura, acamaram-se ideologicamente com os presos políticos portugueses e mantiveram depois, as melhores relações de amizade e consideração com os demais democratas. Um dos nossos presos — Eng. T. B. Cunha — escrevia-nos que: os melhores dentre os portugueses estavam a pensar nas cadeias de Portugal! O Governo da India, com as limitações que a si próprio se impôs e com o intuito de buscar solução pacífica com o ditador português, tem deixado emperrar a questão de Goa; e, pelo contrario, com a política verbalista que tem adoptado, preparou faceis vitórias à política de Salazar e criou descrença sobre o futuro de Goa com a passividade dos últimos anos.

Em Goa, as extrínsecas medidas repressivas não consentem, sequer, que exponham as idéias e processos de democratização politica. Existe liberdade só para glorificar o ditador e os seus agentes em Goa. Para estes, a vida decorre esplendorosa e magnífica. Em vista destas circunstâncias, o auxilio dos democratas portugueses na pacífica solução dos problemas em que nos debatemos, pode abrir um campo de vasta cooperação no futuro.

J. M. FURTADO
(Presidente do Centro Regional Nagar Aveli)

revolução contra os Estados Unidos mas contra Salazar, esperando apenas que a democracia americana tenha tanta compreensão pela futura democracia portuguesa, como a democracia americana teve pelo actual governo fascista. Acreditamos que não seja pedir muito.

Na defesa dos nossos interesses, e na apresentação dos nossos direitos nacionais não iremos além de alguns americanos como Alexander Hamilton, Charles Ingersoll, Daniel Raymond, Henry Carey, teóricos do nacionalismo "Whig". Ao defenderem a America contra as tentativas de dominio economico e politico da Inglaterra, deram um bom exemplo a todos os povos que se emancipam das oligarquias. E não esqueceremos também um Joel Barlow e um Tom Paine, embora a liberdade politica, não a professamos para agradecer aos americanos já que a professavamos mesmo antes da America ser um guia para algumas nações occidentais.

3.º — Saberemos também como resolver o complexo problema que Salazar nos lega nas colónias. O nosso dever é preparar a independência, sem subterfugios, mas sem entregar o que descobrimos à tutela directa ou indirecta da Inglaterra os dos Estados Unidos, com ou sem Nações Unidas. A independência deve ser preparada por nós, com coragem, com lucidez, sem hesitações, caso por caso, em ligações com negros e brancos das colónias, evitando problemas raciais ou de minorias de "ativistas", como uma obra ligada à nossa dignidade historica e quanto possível não perdendo a amizade dos povos. E' isso só será possível se mostrarmos que trabalhamos para a sua independência e não para qualquer falsa auto-determinação ou qualquer cinica formula de neo-colonialismo. Certos "especialistas" que são profetas, mas apenas do passado, enganam-se se pensam que conseguem enganar o movimento pan-africano com o qual teremos, nós democratas, de estabelecer um dialogo, pois com esse movimento, que é a consciencia da Africa, teremos de entender-nos e não com "sobas" mais ou menos titeres de uma politica colonial, de hoje ou dos "especialistas". E' penso que os democratas devem desde já traçar um rumo certo por um estudo do problema e uma elaboração de teses, mediante discussão ampla e não por "revelações" de cúpulas que mais não significam do que a continuação dos métodos salazaristas sem a presença fisica de Salazar. Não foi para isto que lutaram e morreram milhares de ho-

mens nas ruas e nas prisões desde o 28 de Maio, em luta contra o espirito oligarquico e militarista do 28 de Maio.

Gen. Humberto Delgado: «O problema colonial»

Encerrando a grande jornada democrática, o Sr. General Humberto Delgado, que presidiu ao banquete, agradeceu às autoridades ali representadas, ao Centro Republicano, Comité dos Intelectuais, Associação Humberto Delgado e Portugal Democrático.

Justificando seu passado politico fala a seguir da traição de Salazar ao movimento iniciado em Braga pelo General Gomes da Costa, para abordar depois o problema colonial. Acentua que a Republica, com os Altos Comissarios e a acção civilizadora e progressista do General Norton de Matos em Angola, mostrara ao mundo que Portugal se desempenhava da missão que lhe cumpria no Ultramar, mas que 34 anos de regime totalitario interromperam e negaram essa missão, deturpando-a, quer estabelecendo um regime escravocrata e de terror, quer negando aos povos de cá acesso à instrução e aos cargos publicos, e utilizando os recursos das colónias para beneficio dos tubarões que o apoiam.

A opposição herdará um clima de hostilidade e de revolta, que procurará amenizar sem quebra de direitos nem ofensa às liberdades dos povos congregados sob a nossa bandeira, respeitando o principio geral de auto-determinação e procurando, com medidas urgentes e eficazes, que esse principio não seja desvirtuado pelos interesses internacionais das grandes potencias, ou outros, que não são, nem os de Portugal, nem os das populações de suas atuais colónias.

Para tanto, o Gen. Delgado apresentou um esquema de Estados Confederados e os principios basicos para essa Confederação.

Preconiza um debate publico em regime de liberdade de imprensa e de reunião para o esclarecimento dos grandes e graves problemas que a ditadura tem occultado ao país e que agora estão avolumados a ponto de comprometer a nacionalidade e o patrimonio territorial e politico da nossa grei.

0 5 de Outubro na França

A colônia portuguesa de Paris também comemorou condignamente a data histórica de implantação da República em Portugal.

Na manhã do dia 5 de Outubro cerca de uma centena de compatriotas dirigiram-se em romagem ao cemitério do Père Lachaise, onde repousam os restos mortais do Dr. Afonso Costa. Após terem coberto de flores o túmulo desse que foi um dos Presidentes da República mais progressistas, morto no exílio em Paris, guardaram-se alguns minutos de silêncio.

Mais tarde realizou-se um banquete de confraternização, a que compareceram para cima de duzentos portugueses, entre os quais muitos operários com suas mulheres e filhos, assim como grande número de intelectuais portugueses e convidados estrangeiros.

Presidiu ao banquete o Prof. Guerreiro, um dos mais antigos exilados portugueses em França, várias vezes presidente da Federação dos Emigrados Portugueses proibida em 1958 pelo governo Bourges — Monoury, e membro do Comité para a Defesa das Liberdades em Portugal.

Pronunciaram discursos os seguintes oradores: Julio Inacio, operário português emigrado; Ivyn Crépeau, do Comité Político do Partido Socialista Francês Unificado; Prof. Manuel Valadares, físico português emigrado, membro do Conselho Mundial da Paz, membro do Comité para a Defesa das Liberdades em Portugal; Gardner, do Movimento Inglês da Paz, antigo secretário do Sindicato Inglês dos Ferreiros, vindo expressamente da Inglaterra; Castro Soromenho, escritor português de passagem por Paris; General Emilio, Presidente da República Espanhola no exílio; um estudante de Coimbra, vindo expressamente para participar nesta comemoração com um poema patriótico; Georges Frischmann, membro do Bureau Político do Partido Comunista Francês; Madame Kahn, da Liga Francesa dos Direitos do Homem e em nome da Liga Internacional dos Direitos do Homem; Prof. Supervielle, advogado francês, enviado em 1955 a Portugal pela Associação Internacional dos Juristas Democratas para assistir ao processo dos 52 jovens portugueses, e expulso este ano quando lá voltou, novamente enviado pela mesma Associação, para se informar sobre o processo do escritor Aquilino Ribeiro.

0 5 de Outubro no Mundo

No próximo número de PORTUGAL DEMOCRATICO faremos ampla reportagem das comemorações do 5 de outubro em vários países, especialmente na Inglaterra, Venezuela, Uruguai e Canadá, assim como a reportagem fotográfica das comemorações na França.

LEIA

"QUANDO OS LOBOS JULGAM"

(A defesa de Aquilino Ribeiro)

"OS ULTIMOS DIAS DO FASCISMO PORTUGUÊS"

de MARIA ARCHER

Pedidos à nossa Redação

Foram lidas mensagens, recebidas da Federação Sindical Mundial; das Comissões Comemorativas do 5 de Outubro de Lisboa, Porto e Aveiro; da Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela; do Socorro Popular Francês; do Prof. Ruy Luís Gomes, emigrado na Argentina, onde é professor na Universidade de Bahia Blanca; dos Democratas Portugueses exilados no Brasil; do jornal Portugal Democrático; do jornal português República (por ligação telefónica directa com o restaurante).

Assistiram ao banquete, entre outras, as seguintes personalidades: Alain le Dem, do Partido Socialista Francês Unificado; José Gonzalo Ballester, Presidente da Liga Espanhola dos Diretos do Homem, no exílio; Prof. Fernando Valera, ministro dos Estrangeiros do Governo Republicano Espanhol no exílio; José Augusto França, escritor português, de passagem por Paris; Pierre Gamarra, escritor francês, da Revista Europe; Joanny Berlioz, diretor de Démocratie Nouvelle; e Joê Nordmann, secretário geral da Associação Internacional dos Juristas Democratas.

A sala achava-se decorada com bandeiras de França e Portugal, e a reunião desenrolou-se num ambiente de confiança na vitória próxima das forças republicanas e progressistas portuguesas sobre o regime fascista de Salazar, e de solidariedade entre as forças progressistas e pacíficas dos povos de Portugal e da França, da Inglaterra e da Espanha.

Três agentes da Polícia francesa assistiram ao banquete sem terem feito nenhuma intervenção.

JOÃO DE BARROS DEMOCRATA DA LUSO-BRASILIDADE

Com a morte de João de Barros, a causa da verdadeira Comunidade Luso-Brasileira perde um dos seus mais lúcidos, categorizados e sinceros expoentes.

Na verdade, o escritor de "Caminho da Atlântida" foi um dos primeiros que, em nossos tempos, enérgicamente batalhou por uma aproximação Portugal-Brasil, particularmente no plano cultural. E tendo, nesse domínio, deixado uma obra vasta e importante, nunca dela se utilizou politicamente, como fazem hoje os "chantagistas" ditatoriais de Lisboa. Homem sinceramente devotado ao ideal lusíada, encarando-o no mais alto sentido da palavra, João de Barros nunca solicitou os favores de quem quer que fosse, para levar por diante os seus empreendimentos de luso-brasilidade, mesmo quando a sua influência nos meios da República Democrática Portuguesa era enorme.

Mas se esta faceta da obra do saudoso escritor profundamente nos emociona, pois que mais dolorosamente sentimos os abusos que do lado fascista se estão cometendo em nome da amizade entre os dois povos atlânticos da mesma língua, para falar de João de Barros terá ainda de referir-se o democrata impoluto que ele foi. Com efeito, desempenhou, com a maior isenção

e espírito democrático, os mais altos cargos enquanto a República Portuguesa efetivamente foi o regime de Portugal. Além de ter sido um brilhante parlamentar, consagrou muitos dos seus estudos à instrução e veio ainda a ser ministro dos Negócios Estrangeiros.

O dr. João de Barros, que nasceu na Figueira da Foz, em 1881, era cunhado do dr. Manuel Gaspar de Lemos, ex-ministro do Comércio. Deixou uma obra literária importante, em prosa e em verso, destacando-se alguns ensaios sobre os problemas da educação em Portugal e outros relativos à causa da Comunidade Luso-Brasileira. Colaborador apreciado do "Diário de Lisboa", nunca abandonou os seus ideais democráticos, apesar das honrarias que frequentemente lhe foram sugeridas pelo governo fascista de Salazar — e que o escritor e o democrata altivamente sempre repeliu.

A família de João de Barros, e particularmente a seus filhos, o engenheiro-agrônomo Henrique de Barros, e o engenheiro-eletrotécnico Paulo de Barros, PORTUGAL DEMOCRATICO, em nome dos Democratas Portugueses do Brasil, apresenta sentidas condolências, considerando a morte de João de Barros uma perda irreparável para a Comunidade Luso-Brasileira.

SALAZAR COMEMORA O 5 DE OUTUBRO A GOLPES DE CASSETETE

Batons fly in Lisbon 'celebrations'



Baton-swinging policemen act against a man who stoned them and tried to stir up trouble during the recent celebrations marking the 50th anniversary of Portuguese Republic in Lisbon.

A fotografia que reproduzimos, extraída do Daily Rand Mail (Joanesburgo, 13 de Outubro de 1960), e largamente divulgada na imprensa estrangeira, nomeadamente na da América do Norte e do Canadá, foi tirada durante as comemorações do 5 de Outubro, em Lisboa.

Ela mostra os "heróis" da Polícia de Segurança Pública, junto ao Largo de S. Domingos, com capacetes de aço, pistolas, cassetetes e bombas de gases a tiracolo, assaltando os pacíficos manifestantes que, nas ruas da capital, comemoravam o cinquentenário da implantação da República (a forma de governo que, "no papel", ainda é a actual).

Um dos populares, desarmado, está caído no chão, mas, mesmo assim, é espancado por dois covardes policiais (e se-lo-á; segundos depois, por um terceiro,

o que se vê à esquerda, em primeiro plano). Um dos miseráveis agride o infeliz com golpes de cassetete na cabeça, dados selvaticamente com o cabo da arma que é metálico (note-se o cassetete indicado com um círculo). O outro bandido fardado espanca a indefesa vítima nas pernas.

Depois desta inclassificável acção, o infeliz foi levado de rastos, inconsciente e banhado em sangue, para uma das viaturas policiais, estacionadas perto da cena, tristemente apelidadas de "viúvas" ou "carros da morte", pelo martirizado povo português.

O que aconteceu a este homem? Se não foi morto na altura a golpes de cassetete, será levado a "julgamento", apelidado de comunista, condenado e se não e acabarem de matar na prisão, desterrado para um campo de concentração em Angola ou Timor, onde ficará perdido para a pátria, para a mulher, para os pais ou para os filhos.

Qual o seu crime? Dar vivas à República e à Liberdade, àquela Liberdade que o infame ditador português prometeu respeitar e cumprir no "seu" país, assinando a Carta das Nações Unidas, organização onde o governo fascista português toma assento da qual deveria ser expulso sem demora.

HELDER MONTEIRO

PORTUGAL DEMOCRATICO

Este jornal não dispõe de qualquer subsídio: sua vida depende de todos os portugueses que desejam vigore em nosso país um regime à altura das suas tradições democráticas. A forma mais imediata de o ajudar consiste em subscrever uma contribuição mensal, além duma assinatura anual.

Assinatura anual ... Cr\$ 200,00
Assinatura especial ... Cr\$ 500,00
Número avulso Cr\$ 5,00

PORTUGAL DEMOCRATICO

Diretor-Responsável
Otávio Martins de Moura

REDAÇÃO

Presidente de Honra
João Sarmento Pimentel

Conselho

Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Henrique Pereira Santo, Jorge de Sena, Paulo de Castro, Vítor Ramos.

Conselho de Administração

Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Cruz, Carlos Neves, Francisco Lopes, Manuel Ferreira Moura, Silvério da Costa Letra.

REPRESENTANTES

RIO DE JANEIRO

SUCURSAL:

Av. Rio Branco, 185 — Gr. 509
Edif. Marquês de Herval
Telefone: 22.9224

ROMAX IMP. EXP. LTDA.

FORTALEZA: Dr. Carlos d'Alge — Rua Senador Pompeu 832 — Fortaleza — Ceará

JUIZ DE FORA: Manuel Augusto Soares d'Oliveira — Rua Marechal Deodoro, 334 — Juiz de Fora (M.G.)

BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 300 — sala 304 — Caixa Postal 24 — Belo Horizonte (M.G.)

PORTO ALEGRE: Fernando Temudo de Almeida Soares — Edif. Chaves, 12.º, s/ 1201 — Caixa Postal 2.599 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: M. Queiroz — 34, Beche Road — Cambridge — England

CANADÁ: Comité dos Portugueses Democratas do Canadá — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontario — Canadá

FRANÇA: Comité para a Defesa das Liberdades em Portugal, 29 Rue St. André des Arts — Paris, 6.º me.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas.

ARGENTINA — Joaquim dos Santos — Calle de Los Llanos, 1790 — DOCK SUR — Avellaneda — Buenos Aires

URUGUAI — "Agrupação de Portugueses Democratas" — Colônia 1.013 - P. 7 — Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: Manuel Nunes — Hotel "International" — Praha 6 — Dejvice.

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37.0933 — São Paulo

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas.
Sábados: das 15 às 18 horas.

Número avulso Cr\$ 5,00
Assinatura especial: Cr\$ 500,00
Ass. p/ o Exterior: \$3,00 U.S.

Ano IV - N.º 42 - Nov. de 1960

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.